

# revista Conselhos

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO



## ALÉM DAS LETRAS

Pedro Herz, dono da **LIVRARIA CULTURA**, fala de tecnologia e do apagão de ensino que inibe os negócios

R\$ 18,90



**análises:** *Theodomiro Dias Neto, Frederico Trajano, Roberto Adami Tranjan, Sandra Turchi, Paulo Schmidt, Wellington Moreira Franco e Edevaldo Fernandes da Silva*

QUER SOLUÇÕES

BUSCA INVESTIMENTO

**Expocietec**  
Exposição e Conferência de Inovação  
e Empreendedorismo de Base Tecnológica 2012

**Aqui,  
tudo gira  
em torno  
da inovação.**

**15 e 16  
outubro  
2012**

Patrocínio



Realização



Incubadoras e Parques Tecnológicos convidados





TEM SOLUÇÕES

BUSCA INVESTIDOR

# Produtos e soluções que sua empresa procura: inéditos e com demanda de mercado.

Os adesivos e selantes à base de água e pesilox da Adespec, que oferecem alta qualidade para uso sem causar danos ao meio ambiente. Os equipamentos e produtos para deficientes visuais da Bonavision. Além destes produtos inovadores, a Expocietec reunirá outras empresas que trabalham com inovação tecnológica e buscam oportunidades inéditas. Participe da nossa Rodada de Negócios.

**Conferências: das 10h às 18h | Feira: das 10h às 20h**

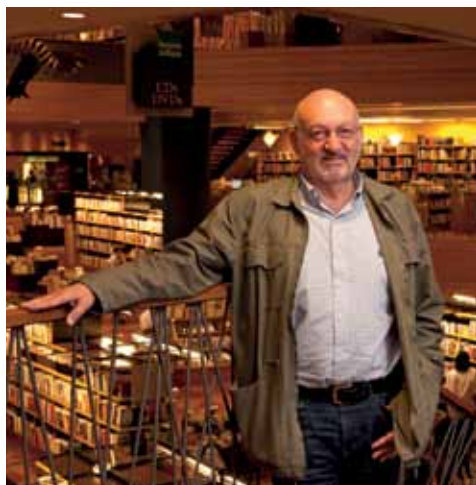
**Exposição – Seed Forum – Rodada de Negócios – Palestras – Espaços de Fomento**  
**Entrada Franca. Cadastre-se antecipadamente pelo site [www.expocietec.com.br](http://www.expocietec.com.br)**

**FecomercioSP - Rua Doutor Plínio Barreto, 285 CEP: 01313-020 - Bela Vista - São Paulo - SP**

Apoio



# Sumário



## 08 Pedro Herz

Presidente do Conselho de Administração da Livraria Cultura fala sobre mercado e educação

## 18 Realidade

Queda de juros altera o cenário de investimento dos fundos de pensão



## 28 Artigo

Ives Gandra analisa as consequências da entrada da Venezuela no Mercosul

## 30 Global

Apesar da grave crise na Europa o euro não deve acabar, segundo analistas



## 40 “Cinco perguntas para”

Competitividade e política de imigração por Wellington Moreira Franco

## 44 Capital Humano

Os maiores entraves ao desenvolvimento do Brasil passam pela educação



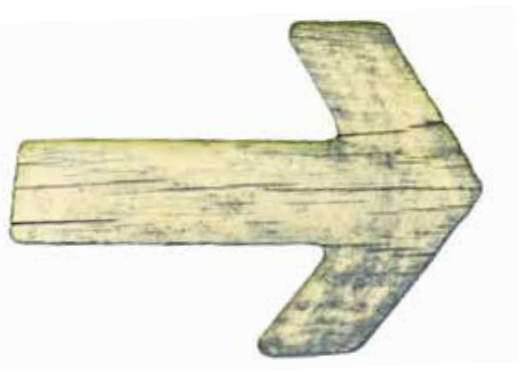


## 52 Mobilização e Debate

A internet, a despeito de sua agilidade, traz muitos perigos para os usuários

## 64 Entrevista

Paulo Schmidt celebra os avanços no mercado audiovisual



## 72 Pensata

Roberto Adami Tranjan mostra um novo olhar sobre liderança e negócios

## 78 Gestão

O crescimento das redes sociais coloca em xeque a internet no mundo dos negócios



## 86 Artigo

A importância da educação para inovar dentro da economia criativa na visão de Adolfo Melito

## 90 Polis

O montante de recursos destinados à Segurança Pública não garante a eficiência da área

**PRESIDENTE** Abram Szajman

**DIRETOR EXECUTIVO** Antonio Carlos Borges

# revista Conselhos

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### CONSELHO EDITORIAL

Ives Gandra Martins, José Goldemberg, Paulo Rabello de Castro, Claudio Lembo, Renato Opice Blum, José Pastore, Adolfo Melito, José Maria Chapina Alcazar, Jeanine Pires, Paulo Roberto Feldmann, Pedro Guasti, Antonio Carlos Borges, Luciana Fischer, Luiz Antonio Flora, Romeu Bueno de Camargo, Fabio Pina e Guilherme Dietze

### EDITORA FISCHER<sup>2</sup>

**DIRETOR DE COMUNICAÇÃO** Jander Ramon

**DIRETOR DE CONTEÚDO** André Rocha

**EDITORA EXECUTIVA** Selma Panazzo

**EDITORA ASSISTENTE** Denise Ramiro

### PROJETO GRÁFICO



atendimento@designtutu.com.br

**EDITORES DE ARTE** Clara Voegeli e Demian Russo

**CHEFE DE ARTE** Carolina Lusser

**DESIGNER** Ângela Bacon

**ASSISTENTES DE ARTE** Cristina Sano e Camila Marques

### PUBLICIDADE

 Original Brasil

Tel.: (11) 2283-2365

conselhos@originaldobrasil.com.br

### COLABORAM NESTA EDIÇÃO

Adolfo Melito, Enzo Bertolini, Ives Gandra Martins, Patrícia Queiroz, Raphael Ferrari, Roberto Adami Tranjan, Theo Saad e Thiago Rufino

**FOTOS:** Ed Viggiani, Folhapress, Rafael Rezende, Su Stathopoulos e Olício Pelosi

**JORNALISTA RESPONSÁVEL** Jander Ramon MTB29269

**IMPRESSÃO** IBEP Gráfica

**FALE COM A GENTE** conselhos@fecomercio.com.br

### REDAÇÃO

Rua Itapeva, 26, 11ª andar  
Bela Vista – CEP 01332-000 – São Paulo/SP  
tel.: (11) 2361-1571

Senac

SESC  
sescsp.org.br

FECOMERCIO SP

*Aqui tem a presença do comércio*

# A LUZ DA CULTURA

O Brasil ostenta a 88ª posição no Índice de Desenvolvimento Educacional, divulgado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), de acordo com dados de 2010. O que significa: carências de educação, fragilidade na cultura e decréscimo de mão de obra qualificada – obstáculos para a construção de uma Nação estruturada, forte e competitiva, como exige o cenário global. As fragilidades do País em tais áreas e os caminhos para reverter esse triste e preocupante quadro são discutidos nas páginas desta edição da **Conselhos**.

Na entrevista de capa, Pedro Herz, presidente do Conselho da Livraria Cultura, tradicional rede com 14 lojas, afirma que o apagão da educação passa pela superficialidade dos alunos que, segundo um amigo dele, professor, “são todos 140 caracteres”, marca registrada da rede social Twitter. Segundo Herz, são jovens que frequentam mais os bares no entorno das faculdades do que as salas de aula. Mas ele aponta o caminho da leitura como o melhor e o mais barato para a inclusão cultural.

Um alento para a propagação da cultura vem, ainda, da área audiovisual. Desde setembro, as emissoras de TV por assinatura são obrigadas a veicular semanalmente no mínimo três horas e meia de programação nacional. É o que determina a Lei Federal nº 12.485, cujo projeto demorou cinco anos para ser aprovado. Segundo Paulo Schmidt, sócio e produtor executivo do Grupo INK, que atua em produções audiovisuais – entrevistado desta edição –, os canais por assinatura não podem vir ao Brasil sem deixar algum legado. Mesmo na área de entretenimento a questão da educação se coloca. De acordo com Sch-

midt, não há no País escolas para atores e os profissionais que existem nesta área e nos segmentos de roteiro, direção e funções técnicas estão restritos à TV aberta. Um quadro que precisa ser revertido. É a indústria criativa pedindo socorro.

Apesar dos percalços, o Brasil tem atraído profissionais de toda a parte do mundo, com aumento de 25% em 2011 em relação a 2010. Com o objetivo de criar um ambiente mais propício a esse tráfego de talentos, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República lançou um grupo de trabalho com a missão de avaliar a questão e formular propostas para a melhoria da política brasileira de imigração. Como o ministro Moreira Franco lembra nas páginas seguintes, hoje há jovens altamente qualificados que estão desempregados, sobretudo na Europa. Um contingente que pode contribuir com o equacionamento da falta de mão de obra qualificada entre nós. A FecomercioSP também tem dado sua contribuição, por meio da sólida formação oferecida pelo Senac-SP. Mas muito mais precisa ser feito por outros atores para que a luz da cultura, e da própria economia criativa, se mantenha acesa.



**Abram Szajman**

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

# ‘O livro continuará, queiram ou não, a existir’

Após 43 anos à frente da Cultura, o presidente do Conselho da tradicional livraria paulistana olha o mercado com serenidade, mas sempre atento às novidades tecnológicas que chegam ao setor editorial brasileiro

Por Denise Ramiro FOTOS: ED VIGGIANI

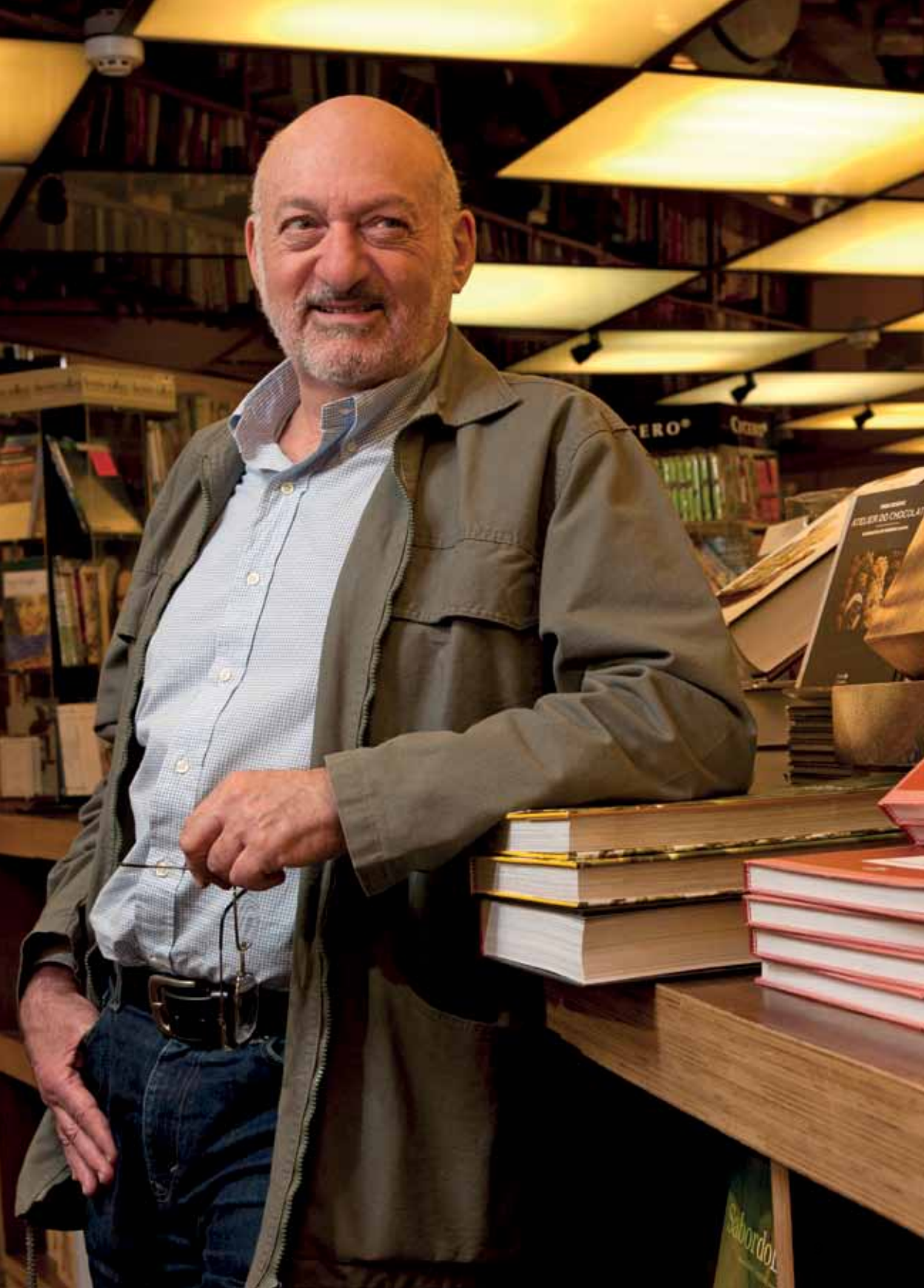
Quer começar bem uma conversa com o empresário Pedro Herz? Então vai uma dica: ele preza a pontualidade. Descendente de alemães, daqueles para quem “nove é nove e dez é dez”, como ele mesmo diz, Pedro sofre com a falta de compromisso do brasileiro. Talvez venha do comprometimento o sucesso do negócio iniciado pela mãe, Eva Herz, em 1938. Aos 72 anos de idade, Pedro vê a rede de 14 livrarias e dois mil funcionários, de outro patamar. Já foi um *workaholic*, mas depois que passou a área executiva da empresa para as mãos do filho mais velho, Sérgio, de 41 anos, se ocupa em pensar nos rumos que o comércio de livros está tomando no Brasil.

É o papel de um conselheiro. No caso, de alguém que cresceu entre os livros. Desde

que começou a dirigir a empresa, em abril de 1969, muita coisa mudou. E Pedro acompanha as novidades com naturalidade. “Sou mais curioso do que nostálgico”, afirma. Portanto, não se assusta com os *e-readers*, os *tablets* e nem teme a concorrência. Sobre a vinda da Amazon e seu poderoso leitor digital Kindle ao País lança um desafio ao concorrente: “bem-vindos, vamos competir”.

Espirituoso, a língua fica afiada ao falar sobre os problemas que emperram o desenvolvimento do País. Como o apagão da educação, que dificulta a contratação de pessoal qualificado, a principal característica da Cultura, e pode inibir a expansão da rede. “Se tiver que abrir mão da qualidade não abrirei”, disse à **Conselhos**. Quem perde com isso é o Brasil.





**Conselhos – HÁ UM MOVIMENTO DE EXPANSÃO DAS LIVRARIAS FÍSICAS NO PAÍS. QUAL O POTENCIAL DESTES TIPO DE COMÉRCIO?**

*Pedro Herz* – Existe bastante espaço neste País enorme. As pessoas de alguma maneira aprenderam o que o Lobato (Monteiro) disse – “um país se faz com homens e livros”. Isso continua válido e a livraria é o lugar certo pra isso. Além disso, o livro é a ferramenta mais barata para aquele processo vital, o da pós- formação. Quando alguém se forma, inicia-se uma nova fase, a da informação. Nada melhor e mais barato do que o livro para a informação.

**Conselhos – A EXPANSÃO FÍSICA DAS LIVRARIAS É UM PROCESSO MUNDIAL?**

*Herz* – A questão remete a um problema que não é apenas para as livrarias, mas para qualquer atividade comercial e até industrial: a superoferta de produtos. Não consigo consumir tudo o que me oferecem e hoje me oferecem muito mais coisas do que no passado.

**Conselhos – AONDE A CULTURA QUER CHEGAR?**

*Herz* – Temos 14 lojas; ainda há um bom espaço. E o livro continuará, queiram ou não, a existir. O que pode mudar é a mídia, mas o conteúdo sempre será comercializado pela livraria. Continuo achando que a mudança do comportamento humano não se dá na mesma velocidade em que a tecnologia desenvolve novos produtos. Você compra um aparelho e quando chega em casa ele já está obsoleto. Será que a gente quer isso? A mídia digital está aí, mas vai levar algum tempo até as pessoas assimilarem isso.

**Conselhos – EXISTE OUTRO MOVIMENTO MUNDIAL QUE É O DE CONSOLIDAÇÃO DAS EMPRESAS POR MEIO DE FUSÕES, AQUISIÇÕES. VOCÊ PENSA EM COMPRAR, VENDER?**

*Herz* – Não sei se tenho condições para isso. Tenho uma identidade que acho fundamental.

**Conselhos – QUAL A FATIA DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NAS SUAS VENDAS?**

*Herz* – A internet é a nossa segunda loja. A primeira é a da Avenida Paulista, a primeira de todas – e já representa 20% das nossas vendas.

**Conselhos – O QUE SIGNIFICA A CHEGADA DA AMAZON E SEU PODEROSO KINDLE NO BRASIL?**

*Herz* – Olha, ouço falar que a Amazon vem há mais de um ano. Acho que eles não estão encontrando a porta de entrada. Estão habituados a atuar em países desenvolvidos, Alemanha, Inglaterra... Então é o paraíso. Meu filho fala (sobre a Amazon): “bem-vindos ao inferno”. E eu concordo com ele. Para vir para cá terão que se sujeitar a todas as regras locais, burocracia, impostos. Eles criaram uma política no exterior – de fazer o que querem com o preço – e que provavelmente as editoras brasileiras recusaram. Então, por favor, sejam bem-vindos. Vamos competir, que vença o melhor.

**Conselhos – QUAL O PESO DOS LIVROS DIGITAIS NAS SUAS VENDAS?**

*Herz* – Mínimo, menos de 2%.

**Conselhos – QUANTO TEMPO LEVARÁ ATÉ ESSES NOVOS FORMATOS SE FIRMAREM?**

*Herz* – Talvez uns 10, 20 anos. Conheço

“ ESTOU CHEIO DE LIVROS QUE COMPREI E NÃO LI, CDs QUE NÃO OUVI E ROUPAS QUE NÃO USEI. É MUITA OFERTA. CHEGA AÍ UM COMPUTADOR MILÉSIMOS DE SEGUNDOS MAIS RÁPIDO E EU TENHO QUE JOGAR O MEU FORA? QUAL O SENTIDO DISSO? ”



gente que comprou e jogou num canto. Outros que gostam. Agora, é uma ferramenta de utilidade ímpar.

**Conselhos – E VOCÊ GOSTA?**

*Herz* – Leio nos dois, mas prefiro papel. Quando viajo prefiro levar o Ipad, cabem vários (livros) dentro. É confortável.

**Conselhos – QUAL O ESPAÇO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS?**

*Herz* – Leio na mídia que o espaço é grande e cresce – a veracidade das informações eu não sei, me parece uma coisa muito orquestrada. Nos Estados Unidos, falam em 15% a 20% do mercado. Volto ao que disse anteriormente: o tempo disponível da gente é

dividido em fatias cada vez menores. Estou cheio de livros que comprei e não li, CDs que não ouvi e roupas que não usei. É muita oferta. Chega aí um computador milésimos de segundos mais rápido e eu tenho que jogar o meu fora? Qual o sentido disso? Por outro lado, se a indústria parar de produzir esses aparelhos, como fazer? A indústria fecha e fica todo mundo sem emprego?

**Conselhos – QUAL É A POLÍTICA DE SELEÇÃO DOS ATENDENTES DA CULTURA?**

*Herz* – Eu olho a bagagem do candidato, e ela está escassa. Um amigo professor de pós-graduação diz que hoje os alunos são todos “140 caracteres”. A superficialidade está aí.



**Conselhos – ESTE É UM GRANDE PROBLEMA DO PAÍS?**

*Herz* – O que é um empecilho hoje em dia, e é triste, é o apagão do ensino no Brasil. Pesquisa recente do Ibope mostra que apenas 26% dos formados em curso superior conseguem entender um texto. Isso dói muito. A educação foi lá pra baixo e a sua recuperação é um processo demoradíssimo e complicado. Percebemos isso aqui na seleção do pessoal. Nós e todo mundo. O exame da OAB reprova acima de 90%, é um vestibular para sair da faculdade.

**Conselhos – COMO MELHORAR O NÍVEL DA EDUCAÇÃO?**

*Herz* – É uma questão de política educacional, o que estragaram neste País. O interesse dos alunos é ficar nos bares, que proliferam nos entornos das faculdades. Por que faz faculdade, então?

**Conselhos – COMO VOCÊ ESTÁ ADMINISTRANDO ISSO NA CULTURA, CONSAGRADA PELA EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO?**

*Herz* – Estou sofrendo. Tenho medo que a minha livraria perca a identidade. Dizem que o Brasil melhora, quero ver onde. Não adianta ter poder de compra. Tem mais gente andando de avião, de fato, mas o que as pessoas estão fazendo nos seus destinos? Quem é que vai a um museu? O simples fato de andar de avião satisfaz?

**Conselhos – VOCÊ ACHA QUE O LIVRO É CARO NO BRASIL?**

*Herz* – O Brasil é caro. Por que se viaja tanto para fora do País? Uma camisa custa 10 vezes mais caro aqui, então as pessoas compram lá fora.

**Conselhos – O FATO DE TUDO SER MAIS CARO AQUI É UM IMPEDITIVO PARA AS PESSOAS COMPRAREM LIVROS?**

*Herz* – É uma justificativa boba, argumento do não leitor. O leitor deixa de comprar a camisa e compra um livro.

**Conselhos – VOCÊ ACREDITA QUE O GOVERNO DEVERIA DAR ALGUM INCENTIVO PARA A ÁREA EDITORIAL, COMO DÁ PARA A INDÚSTRIA AUTOMOTIVA?**

*Herz* – Sou partidário da não ajuda. O governo tem que se dedicar a fazer o papel dele. A criação de tantas ONGs me lembra criança mal-educada, cada organização que se cria é porque tem alguma coisa que não funciona. Não acho certo. As pessoas deviam cobrar dos governos, e os parlamentares que façam o seu papel. É uma transferência de responsabilidade. O governo se acostumou a ser um mau pai e essa criança mal-educada é tudo o que não funciona neste País.

**Conselhos – LIVRO É UM NEGÓCIO RENTÁVEL?**

*Herz* – Sim e não. Quando se acerta todos ganham: autor, editora e livraria. Quando se erra, todos perdem. Conheço editora aqui em São Paulo que rejeitou editar o livro “Harry Potter”, achando que não iria vender. Devem estar arrependidos até hoje. Não há receita. Tentativas, erros, acertos, e vamos lá.

**Conselhos – VOCÊ PENSA EM AMPLIAR O MIX DE PRODUTOS PARA AUMENTAR A RENTABILIDADE?**

*Herz* – Alguma coisa a gente faz. Temos a Geek Store, modelo que tem quatro meses e está indo superbem. Sabe o que é um *geek*? É um *nerd* que gosta de tecnologia.

**Conselhos – QUAL A PREVISÃO DE FATURAMENTO PARA ESTE ANO?**

*Herz* – Cerca de R\$ 450 milhões, 20% acima de 2011.

**Conselhos – VOCÊ JÁ PREPAROU A SUCESSÃO NA EMPRESA. COMO ESTÁ O PROCESSO?**

*Herz* – Desde o final da década de 90 a Cultura é uma S.A. de capital fechado e eu sou o presidente do Conselho. A empresa familiar cessa na terceira geração - sou a segunda. Isso está acordado. A partir daí será profissional. Se terá capital aberto ou não é outro departamento. Hoje o meu filho mais velho, o Sérgio, que está com 41 anos, é o presidente. O mais novo, Fabio, de 39 anos, cuida de novos negócios.

**Conselhos – É FÁCIL PUBLICAR NO PAÍS?**

*Herz* – O acesso ao mercado é aberto, mas difícil, porque a produção é monstruosa. Recebo aqui 250 novos títulos por dia. Isso não significa que tenha interesse comercial, e, na verdade, a gente também não sabe.

**Conselhos – O MERCADO EDITORIAL ESTÁ CRESCENDO. O BRASILEIRO ESTÁ LENDO MAIS?**

*Herz* – Vendo mais livro, mas é o nosso *market share*. Se o mercado está crescendo eu não sei. Agora, eu sei de uma coisa: a solução está nos livros. Oxalá os governantes lessem.

**Conselhos – O QUE O BRASILEIRO LÊ?**

*Herz* – Não tenho esse perfil. Há os modismos, todo comércio tem. Agora é o “Cinquenta tons de Cinza”, da escritora inglesa E.L. James. Pode ser gostoso, não desqualifica a obra. Teve o “Harry Potter”, que foi

uma loucura. Tenho depoimentos de pais que dizem que os filhos passaram a ler a partir do “Harry Potter”. Maravilhoso! Mas são raros, infelizmente.

**Conselhos – COMO FAZER A CRIANÇA LER? PARECE QUE O MODELO ESCOLAR NÃO ESTÁ FUNCIONANDO.**

*Herz* – O leitor é feito em casa, a escola pode ajudar. É papel dos pais darem o exemplo. Meus filhos começaram a “ler” sem serem alfabetizados. Eles me viam pegar um livro na estante e pegavam também. Liam de ponta cabeça. Aí está a formação. A sessão infantil na livraria está cheia de pais que trazem os filhos. Esse é o processo.

**Conselhos – O QUE VOCÊ LÊ? AUTORES, GÊNERO?**

*Herz* – Tudo. Dois, três livros juntos. Agora comecei a ler “Cinquenta tons de Cinza”. Leio bastante, mas rende pouco. Leio 10, 15 minutos e pifo, estou ficando mais velho, fico cansado. Não releio, tenho tantos novos pra ler. Sou mais curioso do que nostálgico.

**Conselhos – QUAL O LIVRO QUE MUDOU SUA VIDA?**

*Herz* – Cada um muda de alguma forma. Estou lendo “Quiet” (silêncio, em inglês). Ninguém mais ouve, só fala. As pessoas vivem com seus aparelhos eletrônicos em cima da mesa, durante os concertos... Isso me deixa triste. Falam compulsivamente, não sabem nada, e opinam de forma superficial.

**Conselhos – VOCÊ É UM WORKAHOLIC?**

*Herz* – Hoje, não. O Millôr diria: finalmente um cara sem estilo. Na minha função, tenho reuniões semanais com acionistas, despacho com a diretoria do



Cultura Artística [Herz é presidente do teatro paulistano] aqui no escritório. Aquilo que deleguei não posso chamar de volta, mas cobro resultado. Vejo coisas erradas, crítico.

**Conselhos – ATUALMENTE, O QUE TE FAZ RIR E O QUE TE TIRA DO SÉRIO?**

*Herz* – A falta de compromisso, de toda natureza, me tira do sério. Talvez pela minha origem. Sou filho de alemães. Sabe quando nove é nove, dez é dez e acabou? Fui escoteiro muito tempo. Adoro as coisas leves, engraçadas. Ontem estava sentado aqui o Rolando Boldrin, adoro ouvir os seus causos. O Orlando Villas Boas, um superamigo, estávamos sempre juntos.

Ele ficava falando e eu ficava calado. É tão delicioso ouvir alguém contar “causos”. Ficar discutindo conjuntura econômica da Grécia e adjacências já encheu.

**Conselhos – NO LONGO PRAZO, QUANTAS NOVAS LOJAS VOCÊ PRETENDE ABRIR?**

*Herz* – Planejava três novas por ano, mas com a dificuldade de formar equipe não sei se vai dar. Este ano inauguro uma em Recife, uma no Rio (a segunda) e outra em São Paulo, no Shopping Iguatemi.

**Conselhos – É TRISTE OUVIR QUE UMA EMPRESA NÃO VAI EXPANDIR POR FALTA DE MÃO DE OBRA...**

*Herz* – Eu prefiro ir mais devagar. Se tiver que abrir mão da qualidade não abrirei. ■



**SulAmérica**  
associada ao ING



**Bradesco**  
Saúde

**Amil**



**OMINT**

Planos até

**45%**  
mais baratos.<sup>2</sup>

SulAmérica:

**ANS n° 000043**

Bradesco Saúde:

**ANS n° 005711**

Amil:

**ANS n° 326305**

Omint:

**ANS n° 359661**



**Meu plano de saúde  
não cobre o médico  
e o hospital que eu  
prefiro pra me tratar.  
E agora?**

Empregador do Comércio: não se preocupe. Com a parceria da FECOMERCIO-SP com a Qualicorp, os planos de saúde que oferecem os melhores médicos, hospitais e laboratórios do Brasil já estão ao seu alcance.<sup>1</sup>

Ligue e confira:  
**0800 777 4004**  
Ou acesse: [www.qualicorp.com.br](http://www.qualicorp.com.br)



<sup>1</sup>A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras. <sup>2</sup>Em comparação a produtos similares no mercado de planos de saúde individuais (tabela de agosto/2012 - Omint).

Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A cobertura de hospitais e laboratórios, bem como de honorários profissionais, se dá conforme a disponibilidade da rede médica e as condições contratuais de cada operadora e categoria de plano. Condições contratuais disponíveis para análise. Setembro/2012.

Qualicorp Adm.  
de Benefícios:

**ANS nº 417173**



# Novos tempos

---

Os participantes de fundos de pensão terão de se acostumar com outra realidade depois da rodada de queda generalizada dos juros no Brasil **Por Theo Saad**

---



A realidade pós-queda de juros no Brasil leva em conta tanto as taxas determinadas para a Selic pelo Banco Central (BC), quanto as praticadas pelos bancos de varejo e de investimento. Quem guarda dinheiro em fundo de pensão com vistas a um futuro tranquilo, agora terá de acompanhar mais detidamente a gestão desses fundos – que passaram a ter de correr riscos maiores para alcançar os resultados anuais – e se contentar com rendimentos modestos.

Esse é o outro lado da moeda de uma economia que, acostumada a conviver com juros altos prescritos pela autoridade monetária, experimenta um novo regime, de padrão internacional, de economias desenvolvidas. Os antigos juros na casa de dois dígitos significavam não só custo mais caro do dinheiro, mas também rendimentos mais polpudos das aplicações financeiras. Agora, a antecipação de sonhos de consumo, como a compra da casa própria, a troca frequente de carro, viagens ao exterior e compras de eletroeletrônicos, por exemplo, ficou mais fácil devido às parcelas mais em conta. No entanto, poupar para garantir a aposentadoria sem sobressaltos ficou mais difícil.

Até bem pouco tempo atrás, investir em títulos públicos federais podia render taxas de 20% a 25% ao ano, não raro 30% ao ano, já descontados impostos e inflação. Os investidores em geral, e os gestores de fundos de pensão em particular, não precisavam quebrar a cabeça, fazer análises detalhadas de possibilidades de retorno nem tampouco se submeter a altos riscos para obter rendimentos mais do que satisfatórios, que ultrapassavam, com folga, as metas atuariais – aquelas que determinam o quanto o fundo tem de render hoje para poder pagar, no futuro, a renda esperada pelos participantes.

Nas palavras de José de Souza Mendonça, presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), os administradores de fundos de pensão podiam, num passado recente, investir pesadamente nos títulos públicos e “ir pescar”. “Era garantido que a aplicação ia render a meta e mais um pouco”, lembra.

Não é preciso voltar muito no tempo para constatar uma nova realidade. Em 2009, a carteira dos fundos de pensão rendeu 21,5% ante 10,36% das metas atuariais da maioria, limitadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais 6% ao ano, lembrando-se que tais metas não eram baixas, pois foi um tempo em que os Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) renderam 9,88%.

Calcados em estratégias que consideravam até 50% dos recursos atrelados a títulos do governo indexados pela Selic – como era o caso do terceiro maior fundo de pensão do País, a Fundação dos Economistas Federais (Funcef), dos funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) –, em meados da década passada as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) atingiam facilmente retornos de 30% ao ano, como em 2003. Naquele ano, a meta dos fundos era de 17,01%, em média.

Por razões estruturais da economia brasileira, a conta se inverteu. Depois de anos em alta, a atividade econômica arrefeceu e, para tentar recuperar o ritmo, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC cortou a taxa básica de juros em oito reuniões seguidas. De agosto de 2011 a agosto de 2012, a Selic recuou 5 pontos percentuais, caindo de 12,5% ao ano para 7,5% ao ano, o menor patamar da série histórica, que começa em 1986. Descontada a inflação, na casa dos

OS ANTIGOS JUROS NA CASA DE DOIS DÍGITOS SIGNIFICAVAM NÃO SÓ CUSTO MAIS CARO DO DINHEIRO, MAS TAMBÉM RENDIMENTOS MAIS POLPUDOS DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS. ÁGORA, A ANTECIPAÇÃO DE SONHOS DE CONSUMO, COMO A COMPRA DA CASA PRÓPRIA, A TROCA FREQUENTE DE CARRO, VIAGENS AO EXTERIOR E COMPRAS DE ELETROELETRÔNICOS, POR EXEMPLO, FICOU MAIS FÁCIL DEVIDO ÀS PARCELAS MAIS EM CONTA. NO ENTANTO, POUPAR PARA GARANTIR A APOSENTADORIA SEM SOBRESSALTOS FICOU MAIS DIFÍCIL. NÃO É PRECISO VOLTAR MUITO NO TEMPO PARA CONSTATAR A NOVA REALIDADE

5,5% anuais, os juros reais em 2012 ficam menores do que 3% ao ano, ou seja, dentro do padrão internacional.

Os reflexos dessa trajetória de queda já foram vistos no ano passado nos fundos de pensão. Com as aplicações de renda fixa – entre elas os títulos públicos federais (do total da carteira dos fundos, 61% estavam aplicados nessas modalidades em dezembro passado) – dando retorno menor, em 2011 as EFPCs não atingiram a meta atuarial de 12,44% ao ano. Na média, os fundos de pensão ficaram a ver navios, com rendimento de 9,8% no período.

Os especialistas, entretanto, garantem que ainda não há motivos para se preocupar, pois os gestores conseguiram acumular gordura nos anos de bonança. Entre 2003 e o ano passado, as entidades fechadas de previdência complementar tiveram rendimento médio de 333%, ante 181% do acumulado das metas atuariais. Só nos últimos três anos, os fundos conseguiram uma diferença de 11% no rendimento frente às metas atuariais, mesmo considerando que em 2011 o rendimento foi abaixo do esperado.


Mas o mercado, os especialistas e inclusive o governo sabem que o ponto de virada já aconteceu e que ajustes deverão ser feitos. O governo sinalizou aos gestores de fundos que iniciará um debate sobre a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) número 18, de 28 de março de 2006, que estabeleceu os parâmetros técnico-atuariais para a estruturação de planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar. Trocando em miúdos, é essa resolução que determina o teto de 6% de juros ao ano que pode ser utilizada nas projeções atuariais.

## A CONQUISTA DE CLIENTES

*O poder aquisitivo da classe C e o novo modelo de contribuição do servidor público definem potenciais consumidores de fundos de pensão*

*A nova dinâmica dos fundos de pensão, com regras em vias de mudança e mais riscos para obtenção do retorno pretendido, afetará um número cada vez maior de pessoas. Dois fatores potencializam a entrada de novos participantes em entidades de previdência complementar fechada: o maior número de trabalhadores formais e a mudança nas regras de aposentadoria dos servidores públicos federais.*

*O bom momento que a economia brasileira viveu nos últimos anos elevou um contingente de cerca de 40 milhões de pessoas à classe C que, hoje, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem em torno de 103 milhões de consumidores. Tendo em vista que os fundos de pensão atualmente têm em torno de 2,2 milhões de participantes, de acordo com dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), o potencial de crescimento na classe C é muito grande. “Uma vez que os sonhos de consumo estiverem satisfeitos, como casa própria, carro e eletroeletrônicos, a classe média passará a buscar o planejamento do futuro”, avalia Álvaro de Borba Kafruni, diretor-financeiro da Fundação Banrisul de Segurança Social.*



*Esse trabalhador que passa a integrar o mercado formal de trabalho tem duas portas de entrada para a previdência privada: ao ingressar numa empresa que é patrocinadora de um fundo de pensão, ele não só é convidado a aderir ao plano como é aconselhado pelos gestores da empresa, salvo nos casos em que a entrada no fundo de pensão é automática. Essa é a opção de previdência complementar fechada.*

*A outra é via banco de varejo, na previdência complementar aberta, aquela em que qualquer pessoa, independentemente da empresa em que trabalha, pode iniciar o planejamento da aposentadoria. Ao começar num emprego formal, o trabalhador que ainda não tem conta bancária abre uma e passa a ser alvo dos bancos para ingressar num plano PGDL ou VGDL – o mesmo vale para quem já tem conta bancária e, com o novo emprego, passa a ter uma fonte de renda estável.*

“A meta atuarial é o juro para trazer a valor presente uma necessidade futura. Por isso a gente tem de trabalhar com juro possível e a meta deve ser a que ofereça ao mercado condições de ser alcançada. Ou seja, INPC + 6% ao ano tem de ser repensado”, defende Mendonça, da Abrapp.

Por isso, mesmo antes de o governo alterar a resolução 18, os conselhos gestores dos diversos fundos de pensão, principalmente os que possuem empresas como patrocinadoras (ou seja, os fundos patrocinados), têm revisto suas metas. A Funcef, por exemplo, já trabalha com a projeção de INPC mais 5,5% ao ano há dois anos. “O ajuste foi feito em 2010, de 6% ao ano mais INPC para 5,5% ao ano mais INPC. Os outros fundos de pensão vão ter de se ajustar. Na nossa avaliação, ainda há espaço para fazerem alocações para garantir essa meta ajustada”, avalia Geraldo Aparecido da Silva, secretário-geral da Funcef.

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, ou simplesmente Previ, disparado o maior fundo de pensão do País, quase três vezes maior do que o segundo colocado, está em “plena discussão desse tema no âmbito do planejamento estratégico de longo prazo”, conforme informou por meio de sua assessoria de imprensa. Outro grande fundo, o da Fundação Bannisul (30º, numa lista de 268), também adiantou que está estudando todo o cenário para calcular a nova meta atuarial. “Se você tem meta de 6% ao ano, não pode ter rendimento só de 4%, senão abre um buraco lá na frente”, resume Álvaro de Borba Kafruni, diretor-financeiro da Fundação Bannisul de Seguridade Social.

OUTRO PONTO  
IMPORTANTE DE  
GESTÃO NOS NOVOS  
TEMPOS É O CUSTO DE  
ADMINISTRAÇÃO DOS  
PLANOS. EM FUNDOS DE  
PENSÃO PATROCINADOS,  
COMO A FUNCEF, A  
ADMINISTRAÇÃO É  
ABAIXO DO COBRADO  
POR PLANOS OFERTADOS  
POR BANCOS – OS  
MULTIPATROCINADOS,  
POR EXEMPLO. SE O  
BRASIL PRETENDE VER  
CRESCEREM OS FUNDOS  
DE PENSÃO, COM  
MAIS PARTICIPANTES  
E MAIS RECURSOS,  
TERÁ DE RESOLVER,  
RAPIDAMENTE, A  
EQUAÇÃO JUROS BAIXOS  
+ EXPECTATIVAS DE  
RENDIMENTOS ELEVADOS  
+ CONSERVADORISMO  
NAS APLICAÇÕES. SÓ  
ASSIM PARA ELEVAR  
O PATRIMÔNIO  
DOS FUNDOS



O próprio órgão regulador vem percebendo as alterações, para baixo, nos objetivos de remuneração dos fundos de pensão nos últimos meses. “Esse ajuste já vem ocorrendo na gestão das EFPCs, com uma tendência de metas atuariais menores que o teto da regra atual e com os gestores chamados a estarem mais bem preparados para a análise da relação ‘risco x retorno’ de cada investimento e a constituição de carteiras mais diversificadas, migrando do conforto da alocação em títulos públicos”, afirma Edevaldo Fernandes da Silva, diretor de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), ligada ao Ministério da Previdência Social.

Ele aconselha que, antes de a regra ser modificada, os conselhos gestores “discutam e deliberem por taxas que sejam exequíveis e estejam ajustadas ao nível que cada plano de benefícios está disposto a correr”. “A Precvic está atuando para que as EFPCs efetuem esse ajuste em suas metas, o que já verificamos como uma tendência nos planos, e deverá propor alteração na norma vigente”, adianta Silva.

E o que fazer diante desse novo cenário? A primeira resposta a essa pergunta já foi dada: ajustar as metas. Mas e depois? De acordo com os especialistas consultados, a segunda resposta é a diversificação dos investimentos. Se a quase totalidade dos fundos apostava no binômio “títulos públicos + fundos de renda fixa”, as fichas agora terão de ser colocadas em outros investimentos.

“As perspectivas [para as EFPCs] serão boas a partir do entendimento de que juros reduzidos normalmente permitem maior estabilidade econômica e melhor previsi-

bilidade no retorno dos investimentos. Por outro lado, os gestores deverão estar mais preparados para analisar investimentos produtivos que possam, num cenário de maior estabilidade e juros baixos, proporcionar melhores resultados do que os investimentos puramente financeiros. Desse modo a migração dos investimentos deve ser baseada num amplo processo de conhecimento sobre os ativos alocados, seus riscos e impactos”, analisa Silva.

O secretário-geral da Funced, Geraldo Aparecido da Silva, vai na mesma linha. “Em que pese as taxas de retorno ficarem mais estreitas, você passa a ter mais capacidade de planejamento, mais previsibilidade (com juros baixos). Temos cupons contratados com determinada taxa de desconto que nos exige ir a outros mercados, como imobiliário e de ações, sob pena de haver descasamento (entre os rendimentos e as obrigações)”, adianta Silva.

Segundo ele, a Funcef já está de olho em ativos vinculados ao crescimento econômico, como empresas do setor de energia, petróleo, educação e varejo. “São boas perspectivas”, diz. No entanto, ele lembra que os gestores de fundos de pensão só podem correr riscos até determinado ponto. Por isso, a Funcef deverá continuar a investir boa parte do dinheiro poupado pelos seus 120 mil participantes (entre ativos e aposentados) em títulos públicos vinculados à inflação, como as Notas do Tesouro Nacional (NTN) séries B e séries B-Principal, indexadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o índice oficial do governo.

O diretor-financeiro da Fundação Banrisul de Seguridade Social, Álvaro de Borba Kafruni, informa que a instituição está es-

tudando aplicar em crédito privado de médio prazo – de seis a sete anos, a depender da nota de risco do emissor – e aumentar a participação em bolsa e em investimentos privados ligados a infraestrutura, por exemplo. “Estamos olhando em bolsa. Nosso limite hoje é de 30% e só temos 8% alocados em ações”, revela. Ele cita que não é tradição no Brasil que os fundos de pensão apliquem grandes quantias em ações na bolsa de valores. “Na Austrália, os fundos aplicam em média 50% do valor em bolsa; no Reino Unido são 45% e, nos Estados Unidos, 44%. Se excluirmos a Previ, que tem mais de 60% em bolsa, os fundos brasileiros aplicam só 15% do total em ações”, conta.

Para o presidente da Abrapp, José de Souza Mendonça, o segredo é ter o cuidado de não embarcar em aventuras. “Os fundos podem aplicar em títulos de créditos variados, como debêntures, certificados de depósitos bancários (CDB), em fundos de investimento de direito creditório (FIDC), em investimentos imobiliários, mercados de capitais e em infraestrutura”, afirma. “Mas têm de avaliar com cuidado o investimento. Aplicar em aeroporto pode dar mais certo do que em trem-bala, por exemplo”, continua.

Outro ponto importante de gestão nos novos tempos é o custo de administração dos planos. Em fundos de pensão patrocinados, como a Funcef, a administração é abaixo do cobrado por planos ofertados por bancos – os multipatrocinaados, por exemplo. “Nosso custo hoje é de 0,25% dos recursos garantidores ao ano. Queremos reduzir para 0,23%”, revela Geraldo Aparecido da Silva, da Funcef. Certamente esse será um dos caminhos para manter a atratividade

dos fundos de pensão, diz José de Souza Mendonça, da Abrapp.

Se o Brasil pretende ver crescerem os fundos de pensão, com mais participantes e mais recursos, terá de resolver, rapidamente, a equação “juros baixos + expectativas de rendimentos elevados + conservadorismo nas aplicações”. Só assim para elevar o patrimônio dos fundos – hoje em R\$ 600 bilhões, o equivalente a 15% do Produto Interno Bruto (PIB) – para patamares como o da Suíça, de 113% do PIB, ou do Reino Unido, de 87% do PIB.

## Servidores públicos

---

A mudança do regime de contribuição dos servidores públicos federais foi decretada em maio deste ano, quando da criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). Quem entrou antes da mudança não será atingido e continuará a contribuir com 11% sobre o salário integral e, quando se aposentar, receberá o equivalente ao último salário da ativa.

Já o servidor que entrou (ou vier a entrar) depois da atualização do regime contribuirá com 11% sobre o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente em R\$ 3.916,20. Se quiser, ao aposentar, receber mais que o limite da Previdência Social, terá de aderir a um fundo de pensão privado e aberto ou optar pela Funpresp e recolher todos os meses 8,5% da diferença entre o teto do INSS e o salário total. Ou seja, os fundos ligados a bancos poderão competir pela adesão dos servidores públicos, oferecendo melhores condições que a Funpresp, por exemplo. ■

“ OS ADMINISTRADORES DE FUNDOS DE PENSÃO PODIAM INVESTIR PESADAMENTE NOS TÍTULOS PÚBLICOS E ‘IR PESCAR’. ERA GARANTIDO QUE A APLICAÇÃO IA RENDER A META E MAIS UM POUCO ”

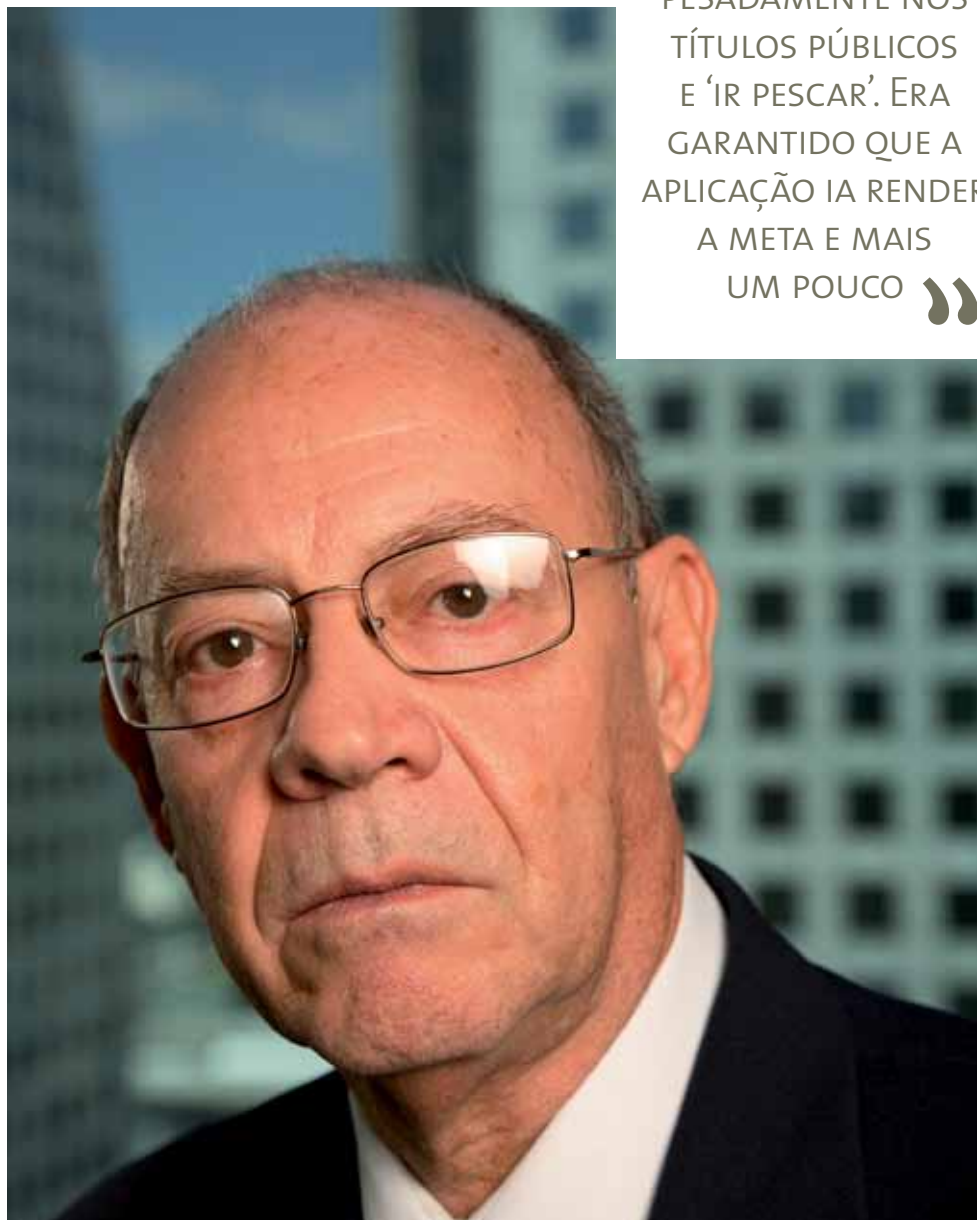
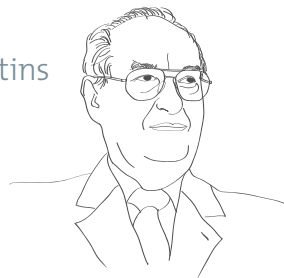


FOTO: FOLHAPRESS

*José de Souza Mendonça, da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar*



# A desconstituição do Mercosul

A entrada da Venezuela no Mercosul, em decisão muito mais rápida do que aquela com que o presidente Lugo, depois de 24 pedidos de *impeachment*, só no último foi afastado do poder, teve resumida a ocorrência em frase do presidente do Uruguai José Mujica: “Decidimos politicamente e não juridicamente”.

E tem o presidente uruguaio toda razão. Todos os requisitos para a entrada do país dominado por Chavez no Mercosul foram dilacerados. Não aceitou o acervo normativo do grupo, por inteiro. Sustenta a mais antiga e sangrenta ditadura das Américas (Cuba); não respeita democraticamente seus opositores, impondo-lhes todos os tipos de restrições; e usa palavras indignas de um primeiro mandatário para atacar os Estados Unidos e o Paraguai, duas verdadeiras democracias ao lado do simulacro venezuelano.

As presidentes do Brasil e da Argentina, todavia, na busca de um motivo para alavancarem o ingresso da Venezuela no bloco econômico, sem as garantias de adesão ao acervo normativo do bloco, sem o aval do Paraguai e sem prescrutar se se vive ou não uma autêntica democracia no sofrido país do histriônico presidente, em censurável “ação entre amigos”, incorporaram o

sofrido país ao Mercosul por questões de preferência política e ideológica, como disse Mujica, pisoteando, assim, os termos do Tratado de Assunção.

Para comprovar que a deposição de Lugo, que teve quatro votos no Senado e um na Câmara contra seu afastamento por mau desempenho, foi constitucional, basta ler o artigo 225 da Lei Suprema paraguaia assim redigido:

## “ARTICULO 225 - DEL PROCEDIMIENTO

*El Presidente de la República, el Vicepresidente, los ministros del Poder Ejecutivo, los ministros de la Corte Suprema de Justicia, el Fiscal General del Estado, el Defensor del Pueblo, el Contralor General de la República, el Subcontralor y los integrantes del Tribunal Superior de Justicia Electoral, sólo podrán ser sometidos a juicio político por mal desempeño de sus funciones, por delitos cometidos en el ejercicio de sus cargos o por delitos comunes.*

*La acusación será formulada por la Cámara de Diputados, por mayoría de dos tercios. Corresponderá a la Cámara de Senadores, por mayoría absoluta de dos tercios, juzgar en juicio público a los acusados por la Cámara de Diputados y, en caso, declararlos culpables, al sólo efecto de separarlos de sus cargos, En los*

*casos de supuesta comisión de delitos, se pasarán los antecedentes a la justicia ordinaria”.*

Adotou, inteligentemente, a nação vizinha, um sistema parlamentar de afastamento de incompetentes, sem os traumas dos *impeachments* presidencialistas. Basta o mau desempenho para o afastamento de um presidente, como ocorre em todos os países civilizados da Europa, quando se nega o voto de confiança ao *premier* nomeado.

Tanto é assim que as tropas não foram às ruas, o presidente deposto formou um gabinete na sombra, tem liberdade total de movimentos, dá entrevistas, sem que o povo tenha saído para apoiá-lo, as eleições programadas para o próximo ano estão mantidas e, pretende, Lugo, nela concorrer a uma cadeira no Senado!

Mais do que isso, uma democracia muito mais autêntica que a venezuelana, argentina, boliviana, equatoriana, que é a dos Estados Unidos, já reconheceu a legitimidade do processo paraguaio, o mesmo ocorrendo com as democracias europeias e o presidente da OEA declarou não ter encontrado nada de anormal no processo de *impeachment* do ex-presidente paraguaio.

O Itamaraty desaconselhou – segundo os jornais – a presidente a entrar na aventura chavista, mas, no governo Dilma, não tem sido este um dos Ministérios mais prestigiados, também segundo a mídia.

O certo é que agora esse aprendiz de ditador buscará trazer seus acólitos presidenciais (Corrêa e Morales) para se incorporarem à “bolivarização” do Mercosul com a complacência do Brasil, que na Era Lula só tem sido humilhado por seus vizinhos (in-

vasão da Petrobras na Bolívia, rompimento de contratos com empresários brasileiros no Equador, atrasos e não cumprimentos de contratos pela Venezuela no pagamento de seus compromissos – inclusive de participar com capitais em empreendimentos comuns –, barreiras alfandegárias contrárias às regras do Mercosul pela Argentina, numa infundável lista de ataques à nossa soberania), com uma subserviência que chega às raias da insensatez.

Dizer, para justificar a entrada da Venezuela que, por conta da incompetência administrativa e econômica de Chavez, o país compra muito do Brasil é uma falácia estúpida. Compra do Brasil porque precisa e de há muito, mesmo sem estar no Mercosul, e compra muito mais da China, que jamais concordaria em participar de um acordo de União Aduaneira com a Venezuela.

O certo é que o Tratado de Assunção foi dilacerado. Em poucas horas, incinerou-se um trabalho de duas décadas. O Mercosul deixou de merecer este nome. O melhor é já lhe dar seu nome correto de “Mercochavez”, no qual a Venezuela dará as cartas e o Brasil servirá apenas de um acólito, como já o é nas demais relações mantidas com os países da América do Sul, visto que todos os nossos vizinhos, na denominada “lei de Gerson”, levam vantagem em tudo.

Decididamente, os amigos de Fidel Castro começam a fazer história na América do Sul. ■

Presidente do Conselho  
Superior de Direito da FecomercioSP

# Torre de Babel

---

União Europeia pode aprender com a experiência brasileira para assegurar a continuidade do euro e a recuperação do bloco **Por Raphael Ferrari**

---



O euro não vai acabar. A despeito de toda a comoção que o tema tem gerado no mercado desde o início da crise na Europa – ou melhor, desde que a crise global, que começou com os subprimes nos Estados Unidos, em 2008, atingiu a Europa –, a dissolução da moeda comum adotada por 17 países da União Europeia não deve acontecer. A questão, aliás, não é motivo de grande preocupação para os mais interessados no assunto: os próprios europeus.

Conforme relata o cônsul econômico da França no Brasil, Stéphane Mousset, o euro não é somente a moeda comum do bloco, mas um processo civilizatório que a Europa escolheu, conscientemente, trilhar. “Grande parte dos analistas fora da União Europeia não considera este aspecto, mas é preciso lembrar que o euro não é simplesmente um assunto econômico, e, sim, um elemento central da sociedade que estamos tentando construir”, explica Mousset. “O tempo da democracia não é o tempo dos mercados. E nós escolhemos, com responsabilidade, seguir o tempo da democracia. Portanto, não faz sentido pensar em fim do euro”, completa.

Com uma visão menos romântica e mais pragmática do assunto, o economista chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, argumenta que, do ponto de vista macroeconômico, deixar de utilizar o euro seria, sim, a solução para muitas economias, como a da Grécia. Por outro lado, da perspectiva microeconômica, deixar a moeda comum é uma operação complicada e dispendiosa. “O fim do euro seria muito custoso, resultando, inclusive, em uma forte redução do total de postos de trabalho. É

um processo muito complicado, mas alguns países estão, certamente, se perguntando se vale ficar no euro e pagar o preço por isso”, garante Gomes.

A necessidade de arbitrar contratos já firmados para as novas moedas – ou antigas, caso a Grécia decida voltar a utilizar o dracma, por exemplo –, uma operação complexa, confusa e potencialmente desgastante para governos e empresas, é outro ponto de tensão que mantém muitos países atrelados à moeda comum do bloco – um complicador que também pode ser visto como garantia da perenidade do euro, pois, como afirma Gomes, dada a complexidade desses processos, “ainda que um ou dois países abandonem o uso da moeda comum, o euro não deve acabar”.

Enquanto os países ponderam o peso de sair ou permanecer no euro, a insegurança que paira no mercado tem consequências mais diretas, afetando, inclusive, o custo de rolagem de dívidas dos países da União Europeia. A lógica é simples: à medida que sobem os riscos envolvidos, os governos precisam pagar um “prêmio” maior por papel vendido. O processo é o inverso do que tem acontecido com os papéis vendidos pelo governo do Brasil. Podemos pagar menos juros porque não há nada que indique que eles não serão pagos; já a Europa começa a pagar mais porque há o risco do euro deixar de circular. Ao menos na visão dos analistas de mercado.

O custo da insegurança já é inclusive reconhecido pelo Banco Central Europeu (BCE), que, conforme afirma o adido financeiro do Banca d'Italia – equivalente italiano ao Banco Central do Brasil (BC) –, Giorgio Trebeschi, “na reunião de agosto,



pela primeira vez, reconheceu que o risco do euro estar impactando o *spread*". Trebeschi garante, ainda, que o presidente do BCE, Mario Draghi, está operando de maneira concreta com o objetivo de diluir esse risco. A expectativa é que, em setembro, Draghi anuncie uma provável compra de títulos da dívida pública de países da zona do euro que estão em dificuldade. Contudo, não há solução de curto prazo. "Não sei como estaremos daqui a 15 ou 20 anos, mas, no momento, não teremos um desmantelamento do euro. Até porque o custo do *break up* é muito alto", resume Trebeschi.

A posição é corroborada por Rainer Müller, cônsul geral adjunto da Alemanha. "O euro sai da crise mais forte do que entrou." Contudo, a Alemanha está, justamente, no extremo oposto da balança, se beneficiando do euro mais fraco do que estaria o marco alemão – uma vantagem que, na opinião do presidente do Conselho Superior de Economia da FecomercioSP, Paulo Rabello, veio com um preço. "A Alemanha é o lado responsável da Europa. Eles pagaram para estar na situação em que estão e terão que arcar com a conta feita por quem não foi responsável. Então, se estão com um benefício momentâneo, é



FOTO: SU STATHOPOULOS

Stéphane Mousset, cônsul econômico da França

“GRANDE PARTE DOS ANALISTAS FORA DA UNIÃO EUROPEIA NÃO CONSIDERA ESTE ASPECTO, MAS É PRECISO LEMBRAR QUE O EURO NÃO É SIMPLEMENTE UM ASSUNTO ECONÔMICO, E, SIM, UM ELEMENTO CENTRAL DA SOCIEDADE QUE ESTAMOS TENTANDO CONSTRUIR”

preciso considerar a questão de forma ampla antes de julgar”, avalia.

A verdade é que há muito tempo a Alemanha já vem pondo em prática as medidas de austeridade financeira e flexibilização do mercado que tem tentado impor ao bloco. Müller destaca que a crise atual surgiu nos Estados Unidos em função de uma total falta de regulação dos mercados financeiros, um problema que ainda não foi sanado. “Os europeus da zona do euro estão fazendo alguns esforços. Mas enquanto essa situação não for resolvida, teremos o risco de novas bolhas e agravamento da crise, cenário que só prejudica a confiança do mercado financeiro”, conta. O cônsul alemão ressalta que um pacto de estabilidade é fundamental para reverter a crise e, mais importante, só “jogar” dinheiro no mercado não irá resolver nada. “Não há soluções rápidas para reestabelecer a confiança e muito menos combater dívida com mais dívida. Estamos seguindo um caminho difícil, doloroso e demorado para reestruturar a dívida, drenar custos e modernizar o mercado de trabalho. Mas vamos sair da crise mais fortes do que entramos”, resume.

Felizmente para o mercado internacional, a Alemanha não é o único país em que a União Europeia pode se apoiar para “sair do buraco”. O finlandês Jan Jarne, fundador da Invest Partners e associado da Corporate Development International Inc., pondera que a Finlândia, assim como o Brasil, tem certa barreira contra a crise internacional, e que por meio de seu crescimento pode ajudar a aquecer as demais economias do bloco. “A Finlândia destina somente um terço das exportações para os países que adota-



FOTO: SU STATHOPOULOS

Jan Jarne, fundador da Invest Partners

“ A FINLÂNDIA DESTINA SOMENTE UM TERÇO DAS EXPORTAÇÕES PARA OS PAÍSES QUE ADOTARAM O EURO. DOS OUTROS DOIS TERÇOS, A MAIOR PARTE VAI PARA PAÍSES NÓRDICOS, COMO A SUÉCIA ”



Giorgio Trebeschi, do Banca d'Italia

“NÃO SEI COMO ESTAREMOS DAQUI A 15 OU 20 ANOS, MAS, NO MOMENTO, NÃO TEREMOS UM DESMANTELAMENTO DO EURO. ATÉ PORQUE O CUSTO DO *BREAK UP* É MUITO ALTO”

ram o euro. Dos outros dois terços, a maior parte vai para países nórdicos, como a Suécia. O que também é um fator de contenção da crise para o euro.” Além disso, Jarne garante que o sistema financeiro da Finlândia é “absolutamente sólido”, fruto de uma reestruturação realizada na década de 1990. Uma operação, na verdade, bastante parecida com o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) realizado no Brasil em meados da mesma década.

Uma das alternativas para superar a crise na Europa é, justamente, a implantação de um programa nos moldes do Proer brasileiro. “Está tão longe de o euro terminar quanto o Brasil estava nos anos 80. Este é, assim como foi para nós, um momento de transição e falar em salvar o euro ou mesmo em resgate é um exagero”, afirma Rabello. O presidente do Conselho Superior de Economia da FecomercioSP acredita que, até pela semelhança dos momentos, a sociedade europeia pode se fiar na experiência brasileira para encontrar uma solução para seus problemas. “A demora em ter uma unidade fiscal única, com função regulatória e com seguro depósito, é um grande problema”, concorda Gomes, da CNC.

A ideia é que, a exemplo do que o Brasil fez em 1995, quando por meio de diversas leis e medidas provisórias forçou uma reestruturação dos bancos que, até então, se aproveitavam da inflação para obter lucros, os bancos da Europa adotem regras mais claras e mecanismos próprios para salvaguardar a manutenção do sistema financeiro em momentos de crise. Em vez de se verem obrigados a recorrer aos governos



*Paulo Rabello, presidente do Conselho Superior de Economia da FecomercioSP*

“ ESTÁ TÃO LONGE DE O EURO TERMINAR QUANTO O BRASIL ESTAVA NOS ANOS 80. ESTE É, ASSIM COMO FOI PARA NÓS, UM MOMENTO DE TRANSIÇÃO E FALAR EM SALVAR O EURO OU MESMO EM RESGATE É UM EXAGERO ”

loais, as instituições financeiras teriam, por exemplo, um fundo próprio de onde pudessem retirar recursos em momentos de dificuldade, evitando a quebra, mas também poupando os cofres públicos.

Outra boa experiência que a Europa pode aproveitar do Brasil é a unificação dos tesouros. O programa seguiria os mesmos moldes do que foi feito no País também durante o governo Fernando Henrique Cardoso, proibindo que o banco de cada Estado emitisse dívidas. O plano é que o BCE, no caso, consolide as dívidas de todos os países da zona do euro e, então, emita outras em nome da União Europeia, não mais da Grécia, Espanha ou Itália. Assim, os países perderiam a capacidade de se endividar e as novas dívidas emitidas para os credores teriam juros mais razoáveis. Afinal, a história tem mostrado que regras fiscais diferentes para cada Estado e um Banco Central único não são uma combinação eficiente. A medida, claramente, tem seus pontos negativos. O principal deles sendo um resgate praticamente a fundo perdido para as economias que foram mais irresponsáveis. Ponto que pode ser, ao menos, minimizado pela exigência de um plano de austeridade fiscal mais rígido.

### **Além do velho mundo**

Fora da Europa e além da regulação do mercado financeiro, também há fatores vitais para a recuperação da economia internacional. O principal deles, provavelmente, é o crescimento dos Brics – grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. “Hoje, estamos em um mo-

mento de aceleração sincronizada dos demais países do Brics, o que pode tornar mais fácil a recuperação da economia mundial”, aponta Rabello.

O presidente do Conselho Superior de Economia da FecomercioSP afirma que, na verdade, o Brasil e a China nem mesmo chegaram a sofrer com a crise e devem sair dela sem marcas. Segundo ele, os dois países só colheram vantagens durante o período de crise internacional. “Nós temos uma sorte que beira a indecência. Permanecemos do outro lado da crise, surfando no *tsunami* e aproveitando, por exemplo, a valorização das *commodities*.”

As vantagens proporcionadas pela crise, entretanto, vieram acompanhadas de um preço. “O Brasil se acomodou.” Aproveitando o desempenho do País na exportação de *commodities* agrícolas e minerais, não vimos, desde 2008, um avanço significativo em questões importantes – como as reformas fiscal e tributária – para garantir um incremento na competitividade do País. Tanto no mercado interno quanto no externo, que ainda se fia exacerbadamente no fato de o dólar se manter valorizado sobre o real. “Temos muita sorte. Agora, o que ninguém consegue responder é o que o Brasil está fazendo com ela”, lamenta Rabello. “Estamos acomodados, sem aproveitar as oportunidades que estão batendo à porta e, com isso, deixamos de contribuir para uma recuperação global mais expedita”, completa.

O outro lado dessa moeda é que, apesar de ainda demorar para o País começar a sentir a já iniciada desvalorização das *commodities*, os Brics devem sentir uma

queda da demanda global, que está se voltando para os mercados internos. No Brasil, segundo a avaliação de Trebeschi, do Banca d’Italia, “claramente há espaço para o mercado crescer, mas, por outro lado, não há mais o exército de reserva esperando para ingressar no mercado de trabalho”. Trebeschi projeta, ainda, um crescimento de cerca de 2% para o Brasil em 2012, “nitidamente abaixo do potencial”. “Em 2013 e nos anos seguintes, o mais provável é que o País mantenha o crescimento mais próximo de 4%”, prevê.

A avaliação, até agora, vem se confirmando. O crescimento de apenas 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre de 2012, anunciado pelo BC na última sexta-feira de agosto, indica, justamente, um crescimento de, no máximo, 2% no ano. A falta de poupança, com a taxa de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 17,9% do PIB não é mais animadora, principalmente porque os recentes cortes na Selic, agora em 7,5% ao ano, tornam a formação de poupança ainda menos interessante. Claro que a redução da Selic não é ruim. Na verdade, com a taxa básica de juros caindo, o Brasil passa a privilegiar o capital produtivo, tornando mais interessante investir em produção e em novos negócios do que em capital financeiro e especulativo.

O fato é que enquanto o mercado não se organiza e passar a agir conjuntamente com os governos para aumentar o nível de competitividade, seja no Brasil ou na Europa, continuaremos a ver a construção de uma Torre de Babel. Cada um seguindo as próprias ideias sem tentar encontrar um caminho comum, mais eficiente. ■

Inscrições  
prorrogadas  
30.11.2012





## 3º PRÊMIO FECOMERCIO *de sustentabilidade*

# UM NOVO MUNDO NÃO EXISTE COM VELHAS IDEIAS

O foco do 3º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade, desenvolvido em parceria com a Fundação Dom Cabral e o CDSV (Centro de Desenvolvimento da Sustentabilidade no Varejo), é a inovação. Por isso se você tem uma ideia nova, sustentável e conseguiu colocá-la em prática com impactos positivos para o meio ambiente e a sociedade, inscreva o seu projeto. **Não perca tempo, porque o prazo final foi prorrogado para 30.11.2012.**

**Categorias: Empresas, Entidades, Indústria,  
Órgãos Públicos e Academia.**

**Para mais informações, acesse:  
[www.fecomercio.com.br/sustentabilidade](http://www.fecomercio.com.br/sustentabilidade)**



**FECOMERCIO SP**  
Representa muito para você.

# “A melhor maneira de você transferir tecnologia é trazendo pessoas”

Ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Wellington Moreira Franco fala sobre política brasileira de imigração, reforma tributária e crescimento da classe média

Por Enzo Bertolini FOTOS: RAFAEL RESENDE

O acelerado processo de desenvolvimento brasileiro na última década tem contribuído para que o País tenha se tornado atraente para profissionais de todas as partes do mundo. O número de estrangeiros que buscam um visto de trabalho no Brasil vem crescendo nos últimos 20 anos e chegou a 70.524 em 2011, aumento de 25% em relação a 2010. Ao mesmo tempo, o Brasil tem sentido falta de mão de obra qualificada e olha com bons olhos para os trabalhadores dos países em crise na Europa.

No final de agosto, o ministro Wellington Moreira Franco da Secretaria de Assuntos Es-

tratégicos da Presidência da República esteve em São Paulo para lançar oficialmente um grupo de trabalho para avaliação e formulação de propostas para a melhoria da política brasileira de imigração. O time de especialistas, que terá reuniões mensais até novembro, vai avaliar, entre outros aspectos, o fluxo migratório no Brasil, o potencial de atração do País, as vantagens e desvantagens da intensificação da imigração, assim como os impactos que uma política de imigração para trabalhadores qualificados e não qualificados pode ter sobre o desenvolvimento do Brasil. O ministro gentilmente atendeu **Conselhos** após o evento.





**O GOVERNO BRASILEIRO ANUNCIOU RECENTEMENTE O PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA: RODOVIAS E FERROVIAS COM INVESTIMENTO DE R\$ 133 BILHÕES EM CINCO ANOS, COM DESTAQUE PARA AS FERROVIAS, POR MEIO DA NOVA ESTATAL EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA (EPL). DE QUE MANEIRA ESSES PROJETOS COLABORAM PARA REDUZIR O CUSTO BRASIL E QUAL O IMPACTO NOS NOVOS NEGÓCIOS NO PAÍS?**

1

A redução do custo Brasil é um desafio e nós temos condições de diminuí-lo quando melhoramos nosso ambiente de inovação, nossa produtividade, e criamos condições para garantir uma competitividade maior ao nosso produto. O Plano Nacional de Logística tem esse objetivo. É fundamental também que se veja a carga tributária. Há um peso muito grande. O custo de produção no Brasil, na complexidade dos seus componentes, ainda é muito alto.

**A SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS COORDENA O PLANO DE AÇÃO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL. QUAIS SÃO AS CONQUISTAS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELA SECRETARIA E COMO EQUACIONAR A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO?**

3

Sem dúvida a principal conquista é a queda no desmatamento. Entre os desafios, nós precisamos encontrar um modelo de crescimento regional que seja sustentável. Não há como você garantir a sustentabilidade ambiental se nós não tivermos a sustentabilidade econômica e, conseqüentemente, a social. Nós precisamos encontrar processos, engenhos produtivos locais que garantam que as populações possam produzir, viver e ter renda, sem que isso signifique a depredação do meio ambiente.

**A COMPETITIVIDADE DO PAÍS ESBARRA EM VÁRIOS PROBLEMAS, E A PESADA CARGA TRIBUTÁRIA ESTÁ ENTRE OS PRINCIPAIS ENTRAVES. QUANDO ESSA QUESTÃO SERÁ TRATADA COM PRIORIDADE PARA QUE O BRASIL DEIXE AS PRIMEIRAS POSIÇÕES DO RANKING DE PAÍSES COM CARGAS TRIBUTÁRIAS MAIS ALTAS DO MUNDO, E O QUE A SAE TEM FEITO DE CONCRETO NESSE SENTIDO?**

2

O problema da carga tributária tem que ser tratado não com uma reforma tributária, mas pontualmente. E já há um movimento defendendo isso. Não adianta você resolver só a diminuição da carga tributária. É preciso criar processos que melhorem o desempenho do sistema produtivo. Ao fazer isso, você aumenta a competitividade e, por consequência, a renda do trabalhador. Também é importante que se crie um ambiente de inovação em que haja meritocracia. O capital com disposição de assumir altos riscos exige uma organização dos fundos e dos recursos financeiros de modo especial, diferentemente do financiamento à atividade industrial normal. São essas medidas de natureza econômica, financeira e institucional que nós precisamos estimular. A criação do grupo de trabalho que contribuirá com os estudos da SAE para o aprimoramento da política brasileira de imigração é uma dessas ações.

**DE QUE MANEIRA O BRASIL PODE SE BENEFICIAR AO ESTABELECEER UMA POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO VOLTADA AOS PAÍSES QUE ENFRENTAM DIFICULDADE ECONÔMICA E POSSUEM PROFISSIONAIS QUALIFICADOS E, ASSIM, COMPENSAR SUA DEFASAGEM INTERNA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA?**

4

Não é que esteja defasado, mas o Brasil está demandando mão de obra qualificada, avanços tecnológicos para crescer. O País precisa de transferência tecnológica e criar um ambiente de inovação. Nós temos o desafio da competitividade, de aumentar a produtividade do nosso parque industrial e de criar um ambiente de inovação, e para isso precisamos de mão de obra qualificada. Hoje nós temos no mundo jovens altamente qualificados, sobretudo na Europa, que estão desempregados. Essas pessoas podem contribuir conosco. É fundamental que a gente defina em que condições isso se dará. A política migratória do Brasil no século passado foi extremamente bem sucedida. São Paulo é o retrato disso com a participação do japonês, do italiano, do europeu de modo geral, de pessoas de diversas nacionalidades que trouxeram a sua experiência. Essa experiência é tecnologia, é inovação. A melhor maneira de você transferir tecnologia é trazendo pessoas, pois o conhecimento vem junto com elas. São atitudes, hábitos e processos que as pessoas aprendem e desenvolvem e, se elas vierem para cá, podem fazer com que a gente acelere a solução da nossa necessidade. Nós precisamos definir o que o País precisa agora e criar as condições para que esse tipo de qualificação venha – como os outros países fazem – e que esses imigrantes encontrem no Brasil uma situação que os estimule a permanecer.

**A ERRADICAÇÃO DA POBREZA FOI UMA DAS PRINCIPAIS BANDEIRAS DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF NA CAMPANHA ELEITORAL. NOS ÚLTIMOS ANOS, DE FATO, O NÚMERO DE PESSOAS QUE VIVEM ABAIXO DA LINHA DE POBREZA CAIU PELA METADE, COM A AJUDA DOS PROGRAMAS SOCIAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DO GOVERNO. COMO O GOVERNO PRETENDE EVOLUIR NA LUTA CONTRA A POBREZA SEM SE TORNAR PATERNALISTA?**

5

Nós temos no Brasil uma experiência de política social onde essa fase do paternalismo foi rompida. Todo o fortalecimento da classe média brasileira se deu não por medidas paternalistas, mas por aumento de renda. Os 30 milhões de brasileiros que entraram no mercado de consumo não foram decorrentes do Bolsa Família, mas sim da política de salário mínimo, do aumento da formalidade, do esforço que eles estão fazendo por iniciativa própria de melhorar sua qualificação. O combate à miséria hoje é para concluir um processo iniciado pelo presidente Lula. Atualmente temos uma percentagem relativamente pequena de miseráveis, mas ainda existem. Não devemos e não podemos conviver com essa situação, e por isso o esforço do governo da presidente Dilma em acabar com a miséria e garantir que nós tenhamos uma sociedade solidamente fincada numa classe média robusta.





# Entraves no caminho

---

A competitividade do Brasil frente a outras nações em desenvolvimento é impedida por diversos obstáculos. Desafios apontam que o País tem vários “calcanhares de Aquiles” **Por Thiago Rufino**

---



**É** preciso mudar. Esse é o eixo central quando o debate acontece em torno das amarras que impedem o Brasil de ser tão ou mais competitivo do que países com menor desenvolvimento, como algumas nações do Leste Europeu, Ásia e América Central. Custos de produção, deficiências em logística, tributos, encargos, impostos... A lista de fatores que reduzem a competitividade brasileira é grande. Somado a esses embaraços, ainda há o agravante na questão da baixa quantidade de mão de obra qualificada, o que supervaloriza os poucos profissionais capacitados. No País que teve a sexta maior economia do mundo em 2011, superando o Reino Unido, esse quadro deveria ser bem diferente.

O Brasil tem um grande potencial de desenvolvimento. No entanto, para atingir toda a pujança esperada é preciso melhorar uma série de agendas de forma rápida e coordenada. A fim de propor soluções que alavanquem o crescimento brasileiro, a FecomercioSP reuniu especialistas, empresários e formadores de opinião na realização do fórum “Competividade: O Calcanhar de Aquiles do Brasil – Fragilidade e Superação”. Todo o conteúdo desta reportagem foi extraído do encontro realizado em 20 de agosto, na sede da FecomercioSP.

Para o presidente do Conselho Superior de Direito da Federação, Ives Gandra Martins, um dos impedimentos para o desenvolvimento do Brasil está na questão jurídica. “Sempre que o Poder Judiciário ‘faz a lei’ no lugar do Legislativo temos a insegurança jurídica. Por isso, considero o empresário brasileiro um verdadeiro herói, porque sem segurança jurídica não há economia de mer-

“ SEMPRE QUE O  
PODER JUDICIÁRIO  
‘FAZ A LEI’ NO  
LUGAR DO  
LEGISLATIVO TEMOS  
A INSEGURANÇA  
JURÍDICA. POR  
ISSO, CONSIDERO  
O EMPRESÁRIO  
BRASILEIRO UM  
VERDADEIRO HERÓI.  
SEM SEGURANÇA  
JURÍDICA NÃO HÁ  
ECONOMIA DE  
MERCADO ”

cado”, opina. Inclusive, o jurista vai além ao destacar que “quando um Poder quer ‘invadir’ o outro ou tomar conta, a democracia corre risco. Quando cada um exerce a sua função, tudo funciona. Porém, neste momento, estamos longe da verdadeira democracia no Brasil”, acrescenta Martins.

O ponto de vista é compartilhado pelo presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP, José Pastore, ao destacar a arbitrariedade da esfera judiciária. “O Poder Judiciário foi longe demais ao interferir em negociações que já foram acordadas entre as partes”, exemplifica. Segundo ele, um erro comum acontece quando trabalhadores e sindicatos de um setor fazem uma convenção na



FOTO: OLÍVIO PELOSI

*Ives Gandra Martins, presidente do Conselho Superior de Direito da FecomercioSP: questão jurídica é um dos grandes entraves ao desenvolvimento do Brasil, um problema que merece atenção*

qual nenhuma das partes sai prejudicada e, “apesar disso, o Judiciário pode cancelar o acordo de forma arbitrária e isso é extremamente prejudicial para todos”, acrescenta Pastore.

“Quando se fala das mazelas do Poder Legislativo, sempre temos à mão a desculpa que precisamos votar melhor; no Executivo é da mesma forma”, diz Pastore. Segundo ele, muitas mudanças positivas poderiam ser alcançadas caso o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) conseguisse “modernizar o Poder Judiciário”. “Será que os juízes não deveriam ser eleitos e submetidos a exames de tempos em tempos, como uma reciclagem?”, ques-

tiona o presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP.

Martins levantou outro ponto no encontro, a respeito das recentes greves de alguns setores da administração pública. Na visão do jurista, essas paralisações são prejudiciais para a economia do País. “Se o servidor público está brigando com o governo, no fim das contas é o povo quem paga e não há nenhum tipo de sansão a respeito”, critica.

Já para o professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Antonio Corrêa de Lacerda, além dos entraves citados, outra agenda que precisa ser revista no Brasil é a redução de juros e tributação

tanto na produção quanto na exportação. “A expansão da classe C ampliou significativamente o consumo no Brasil. O problema é que como a competitividade foi desfavorável, grande parte desse potencial ‘vazou’ para as importações”, explica.

De acordo com Lacerda, a meta do País é manter um ritmo de crescimento razoável, mas ao mesmo tempo criar condições para gerar mais produção interna. “Temos o desafio de manter o crescimento da economia brasileira, mas com a competitividade para garantir a geração de empregos e divisas. Isso nos exige uma adaptação muito rápida, porque o espaço para atuação no mundo ficou muito mais complexo”, orienta. Lacerda ressalta que algumas melhorias já merecem destaque. “As taxas de juros reais estão em franca queda. Ainda são altas, mas já representam grandes impactos positivos e reduzem os custos de financiamento da dívida pública. Além disso, o crédito imobiliário triplicou em relação ao PIB – é um salto expressivo”, acrescenta.

Na opinião do professor da PUC-SP, para aumentar a competitividade do Brasil frente a outras nações as iniciativas devem se estruturar em quatro pilares: ambientes de negócios, infraestrutura, educação e inovação. “O Brasil tem uma potencialidade enorme de crescimento, só é preciso viabilizar alguns fatores de forma rápida entre esses quatro elementos. É um grande erro transferir essa responsabilidade apenas para os empresários”, sugere Lacerda.

“É preciso atacar a falta de competitividade sistêmica do Brasil. Se começarmos hoje, talvez daqui a dez anos conseguiremos reduzi-la pela metade”, acrescenta o conse-

lheiro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Bernardini. Segundo ele, o cerne desses entraves está em volta da questão tributária. “O Brasil tem juros de agiota. E um país que tem deformações como essa não reconhece o ‘chão de fábrica’”, opina Bernardini.

Para ele, as discrepâncias de preços no Brasil frente a outros países elucida bem a complexidade do problema. “Custa mais almoçar em São Paulo do que em Paris. É mais barato fazer compras em Miami do que na Oscar Freire. É mais fácil passar férias em Buenos Aires do que na Bahia”, exemplifica. “Não é que o mundo ficou barato, nós é que estamos excessivamente caros”, adiciona Bernardini.

A tão comentada reforma tributária, na avaliação de Bernardini, é muito difícil de acontecer. “Tudo o que se diz sobre falta de competitividade está correto, mas é apenas parte da verdade”, destaca. “É preciso atacar o ‘custo Brasil’ e ajustar o câmbio, juros e depois vem o restante. Não vamos resolver nada em curto prazo sem câmbio e juros adequados”, sugere Bernardini.

## O ponto de partida

---

Toda pessoa tem direito à educação – este é um dos eixos que integram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O acesso ao conhecimento é o início para a construção de uma sociedade bem estruturada, com cidadãos conscientes e mão de obra qualificada. No entanto, a baixa qualidade do ensino das escolas brasileiras, somada a um modelo que exclui milhares de crianças, deixou o País na



“QUANDO SE FALA DAS MAZELAS DO PODER LEGISLATIVO, SEMPRE TEMOS A DESCULPA QUE PRECISAMOS VOTAR MELHOR; NO EXECUTIVO É DA MESMA FORMA. MUITAS MUDANÇAS POSITIVAS PODERIAM SER ALCANÇADAS CASO O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) CONSEGUISSSE MODERNIZAR O PODER JUDICIÁRIO”

88ª posição do Índice de Desenvolvimento Educacional (IDE), divulgado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em 2010.

“A nossa escola precisa de uma transformação brutal”, alerta o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio. “Hoje, temos uma escola pública pobre para os pobres: com má educação, professores mal remunerados e mal capacitados, e sem nenhuma ligação com o setor produtivo. Quantos chegam a uma escola técnica de



FOTO: OLÍCIO PELOSI

*José Pastore, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP*

qualidade e saem empregados?”, indaga Lúcio. Ele ainda destaca que a maior parte das escolas não tem a mínima estrutura básica, como salas adequadas e bibliotecas. “Temos que olhar para essa questão se quisermos enfrentar devidamente o problema”, alerta.

O ponto de vista é compartilhado por Martins, que também apoia uma profunda reforma no sistema educacional em vigor no País. “O resultado da educação do Brasil é baixíssimo. A luta pela competência passou a ser algo sem importância e a educação é a chave para o futuro em um mundo globalizado”, opina o jurista.

“Essa deturpação da língua, a dificuldade dos jovens - com raras exceções - de entender o que leem, é muito prejudicial”, acrescenta Pastore. “É possível que essa dificuldade venha da escola básica, no ensino de Português. Isso afeta muito o desempenho dos trabalhadores, a eficiência e a competitividade no emprego”, explica o presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP.

No entanto, Lúcio, do Dieese, lembra que este problema da educação, apesar de ser mais grave no Brasil, não é exclusividade de países em desenvolvimento. “Mesmo sendo um dos melhores do mundo, o sistema alemão de ensino já não atende mais as expectativas das empresas”, exemplifica. Segundo ele, a dinâmica do modelo atual de ensino não satisfaz mais a juventude. “A sociedade não valoriza mais a educação como um processo necessário e digno. Se não mudarmos essa filosofia, a educação será um fracasso retumbante”, critica Lúcio.

O diretor técnico do Dieese ainda lembra que a solução para o sistema educacional



FOTO: OLÍCIO PELOSI

*Antonio Corrêa de Lacerda, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*

“ A EXPANSÃO DA CLASSE C AMPLIOU SIGNIFICATIVAMENTE O CONSUMO NO BRASIL. O PROBLEMA É QUE COMO A COMPETITIVIDADE FOI DESFAVORÁVEL, GRANDE PARTE DESSE POTENCIAL ‘VAZOU’ PARA AS IMPORTAÇÕES ”



*Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do DIEESE: instituição especializada em estudos e pesquisas*

“HOJE, TEMOS UMA ESCOLA PÚBLICA POBRE PARA OS POBRES: COM MÁ EDUCAÇÃO, PROFESSORES MAL REMUNERADOS E MAL CAPACITADOS, E SEM NENHUMA LIGAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO”

no Brasil deveria ser pautada “rigorosamente pela concepção de cooperação. Acredito que ela seja o valor estruturante de outros aspectos da sociedade”, aconselha. “As empresas já reconheceram que quando estabelecem processos cooperados o ganho de produtividade é muito maior”, exemplifica Lúcio. Inclusive, para ele, a educação é um processo de longa duração e as ações aceleradas e sem planejamento podem não atingir os resultados esperados.

Por fim, Lúcio ainda chama a atenção para um dos problemas existentes no ensino superior particular em algumas universidades, jovens que se formam e não conseguem exercer a profissão. “Às vezes, o diploma é um atestado para não ser contratado. Sabemos que há empresas que, ao receber o currículo com a formação em determinada instituição, não chama o candidato para a seleção”, denuncia. De acordo com Lúcio, o perfil do profissional envolvido nesse caso é o de família de baixa renda, que teve dificuldade para pagar o curso e, no fim das contas, recebe uma qualificação que não é aceita no mercado de trabalho.

Entretanto, apesar de todas as dificuldades apontadas pelos especialistas, Pastore destaca alguns pontos positivos levantados durante o encontro. “Vejo sinais de que ‘a ficha está caindo’. A sociedade brasileira vem tomando conhecimento de que o excesso de imposto prejudica todo o consumo e a produção”, exemplifica. “No campo da educação, algumas iniciativas mostram aberturas para se pensar em um futuro melhor. Isso vai ajudar todos nós a exigirmos mais resultados da educação. E quando a cobrança é de baixo para cima, o resultado aparece”, finaliza Pastore. ■



A close-up, high-angle photograph of a computer keyboard. The keys are illuminated with a mix of warm yellow and cool blue light, creating a dramatic, moody atmosphere. The focus is sharp on the central keys, with the foreground and background slightly blurred. Visible keys include 'U', 'I', 'O', 'P', 'A', 'J', 'K', 'L', 'M', 'N', and 'Alt Gr'.

# Dicotomia nas redes sociais

---

Liberdade e segurança, carência ou exibicionismo, a internet está repleta de perigos que os usuários ainda não aprenderam a enxergar

Por Raphael Ferrari FOTOS: OLICIO PELOSI

---

“**E**xistem dois valores absolutamente indispensáveis para levar uma vida satisfatória, recompensadora e relativamente feliz. Um é a liberdade e o outro, a segurança. Não é possível ser feliz e ter uma vida digna na ausência de um deles. Segurança sem liberdade é escravidão. Liberdade sem segurança é um caos completo que te impede de planejar e mesmo de sonhar. Então, precisamos dos dois. O problema, entretanto, é que ninguém na história encontrou a fórmula perfeita para equilibrar esses dois aspectos da vida. Toda vez que você opta por mais segurança, perde um pouco da liberdade; e toda vez que escolhe ter mais liberdade, abre mão de um pouco de segurança. Não há outro jeito. Hoje, estamos vivendo em um extremo deste pêndulo. Abrimos mão da segurança pela liberdade.” O testemunho é do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, mas poderia muito bem ser de um dos palestrantes do 4º Congresso de Crimes Eletrônicos e Formas de Proteção, realizado pela FecomercioSP em sua sede, na capital paulista, nos dias 23 e 24 de agosto.

Acompanhado por quase mil especialistas todo ano, o Congresso de Crimes Eletrônicos é uma oportunidade para advogados, *hackers*, representantes do governo, empresas e entidades debaterem o que há de novo no setor, como têm caminhado as propostas de legislação, as ações de órgãos públicos – por exemplo, a Polícia Federal (PF) – e como eles têm se preparado para lidar com o mundo virtual e as novas fronteiras que ainda estão sendo desbravadas no ambiente eletrônico. Para os interessados no assunto, mas sem profundos conhecimentos na área, o Congresso de Crimes Eletrônicos é

uma chance de rever conceitos sobre o que é seguro ou não na internet e repensar o uso de certas ferramentas. Neste ano não foi diferente. Focados principalmente nas redes sociais, nas formas como as pessoas as utilizam e em suas consequências, os debates deixaram claro a dicotomia existente entre segurança e liberdade.

“Manter a privacidade e participar das redes sociais me parecem dois interesses contrapostos. Para ter um, é preciso abrir mão do outro”, pondera Jorilson Rodriguez, perito criminal do Departamento de Polícia Federal. Já Carlos Cabral, consultor da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviço (Abecs), afirma que “a privacidade é uma invenção”, uma regra criada para possibilitar o convívio harmônico da sociedade. “O problema é que o uso das redes sociais está abalando o acordo social vigente. O mais grave é que a escolha entre privacidade e segurança, muitas vezes, não cabe à própria pessoa”. Cabral alerta que há três formas de violação da privacidade na internet: a desejada, a indesejada e a não percebida. Enquanto a primeira é feita pela própria pessoa, que busca aparecer e ter seguidores, a indesejada é mais séria e difícil de evitar, já que é, na maior parte das vezes, feita por um amigo que posta uma foto comprometedoras ou íntima sem se importar se você gostaria de ter aquele momento particular compartilhado na rede.

O que motiva os usuários a se exporem e compartilharem informações pessoais nas redes sociais? O consultor de Experiência do Usuário Edu Agni argumenta que todas as pessoas têm necessidades sociais, mas nem todas conseguem suprir essas

carências no mundo real. “Restam, então, dois caminhos: ficar frustrado ou procurar suprir essa necessidade no mundo virtual.” Já para as pessoas que são socialmente bem sucedidas, as redes sociais servem para potencializar suas interações. “Basicamente, a rede é usada por carência ou exibicionismo”, completa Agni.

Independentemente da razão pela qual utilizam a *web*, os internautas tendem a se sentir mais confiáveis e se tornam descuidados, principalmente porque não sabem identificar as ameaças existentes no novo ambiente, ainda pouco conhecido. “Da mesma forma que as pessoas evitam andar muito tarde da noite em uma rua escura e pouco movimentada, com o tempo irão aprender a reconhecer ameaças no mundo digital e se proteger”, pondera o diretor executivo da Tempest Security Intelligence, Cristiano Lincoln.

Entretanto, conforme aponta Rodrigo Antão, diretor da APura Cybersecurity Intelligence, “temos um analfabetismo digital muito grande no Brasil”. O que leva à terceira forma de invasão da privacidade enumerada por Cabral: a não percebida. Problema que é reforçado pelo avanço das técnicas para obter dados ou invadir sistemas, que segue em ritmo mais acelerado do que a curva de aprendizado do usuário médio. “O cadeadinho no canto da página já não é a maior referência em segurança, está ultrapassado”, alerta Antão.

A consequência dessa disparidade é o crescimento no número de internautas que já foi vítima de algum crime cometido por meio eletrônico. Segundo a 4ª Pesquisa sobre o Comportamento dos Usuários da In-



*Carlos Cabral, consultor da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviço*

“ A PRIVACIDADE É  
UMA INVENÇÃO. O  
PROBLEMA É QUE O  
USO DAS REDES SOCIAIS  
ESTÁ ABALANDO  
O ACORDO SOCIAL  
VIGENTE. O MAIS GRAVE  
É QUE A ESCOLHA  
ENTRE PRIVACIDADE E  
SEGURANÇA, MUITAS  
VEZES, NÃO CABE À  
PRÓPRIA PESSOA ”

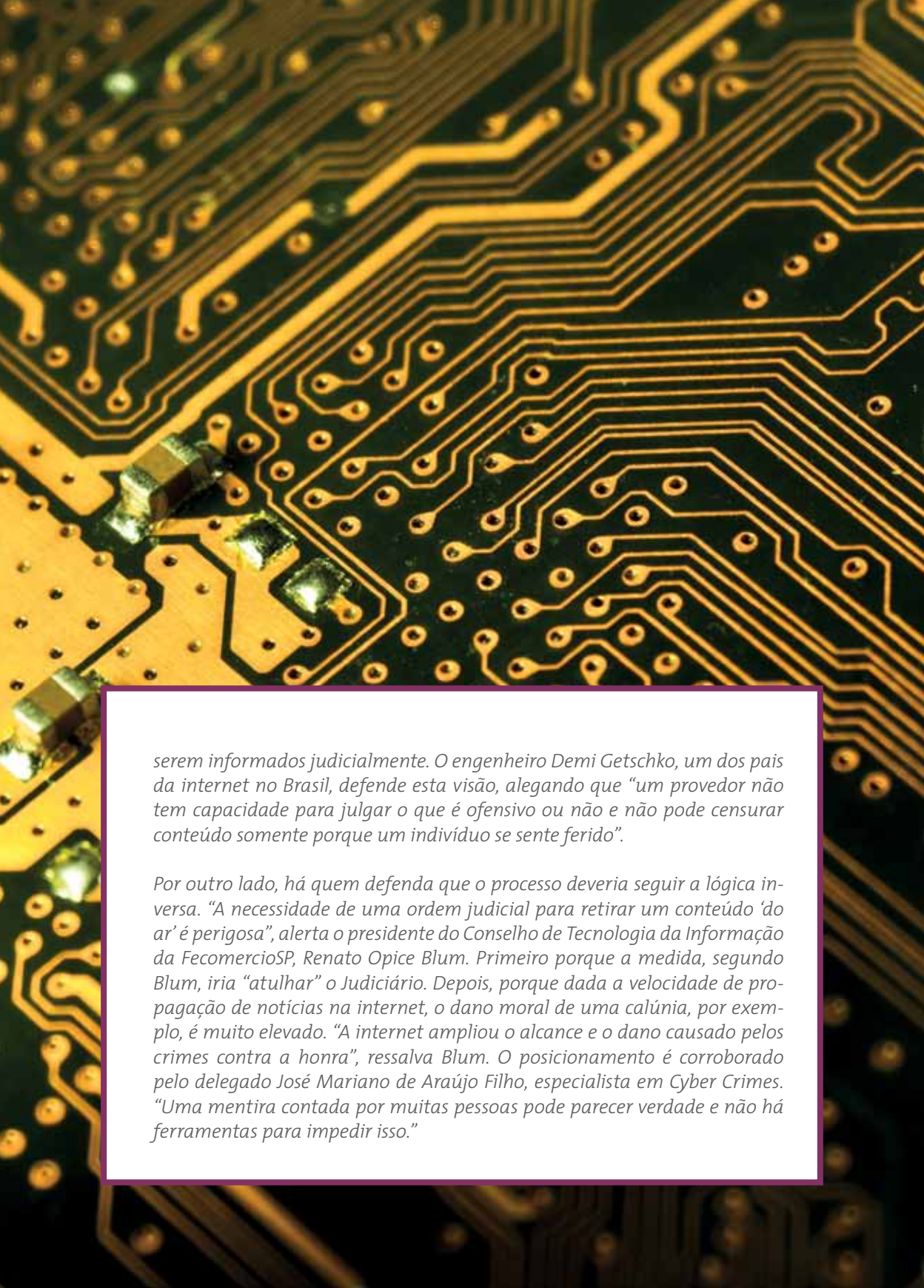
## ADMIRÁVEL MUNDO NOVO, MAS NEM TANTO

*Os crimes cometidos atualmente nos meios eletrônicos são os mesmos cometidos há séculos, tendo mudado somente a forma e o meio como eles são realizados. Também por isso é preciso mudar a maneira como eles são coibidos, julgados e punidos. A constatação é unânime entre os especialistas presentes no 4º Congresso de Crimes Eletrônicos e Formas de Proteção. “A internet é um novo espaço, mas os crimes são os mesmos desde o início dos tempos”, resume Roberto Diniz, executivo de otimização de TI da IBM Brasil.*

*Para ordenar a questão, o Congresso está votando o Marco Civil da Internet no Brasil, uma série de princípios que vai balizar o comportamento dos usuários da internet. O código, entretanto, está nascendo acompanhado de diversas polêmicas, como a necessidade, ou não, dos provedores de acesso guardarem o log dos usuários. A questão mais controversa, contudo, é a remoção de conteúdo considerado ofensivo somente mediante ordem judicial.*

*Hoje, boa parte dos grandes provedores retira conteúdo “do ar” ao ser informado que determinado material é ofensivo, mas, de acordo com o projeto do novo Marco Civil, os provedores somente deverão fazê-lo após*





*serem informados judicialmente. O engenheiro Demi Getschko, um dos pais da internet no Brasil, defende esta visão, alegando que “um provedor não tem capacidade para julgar o que é ofensivo ou não e não pode censurar conteúdo somente porque um indivíduo se sente ferido”.*

*Por outro lado, há quem defenda que o processo deveria seguir a lógica inversa. “A necessidade de uma ordem judicial para retirar um conteúdo ‘do ar’ é perigosa”, alerta o presidente do Conselho de Tecnologia da Informação da FecomercioSP, Renato Opice Blum. Primeiro porque a medida, segundo Blum, iria “atulhar” o Judiciário. Depois, porque dada a velocidade de propagação de notícias na internet, o dano moral de uma calúnia, por exemplo, é muito elevado. “A internet ampliou o alcance e o dano causado pelos crimes contra a honra”, ressalva Blum. O posicionamento é corroborado pelo delegado José Mariano de Araújo Filho, especialista em Cyber Crimes. “Uma mentira contada por muitas pessoas pode parecer verdade e não há ferramentas para impedir isso.”*

ternet, realizada pela FecomercioSP em 2012, 12,76% dos paulistanos se enquadram nesse grupo. Total 4,28 pontos percentuais superior ao registrado em 2011.

O presidente do Conselho de Tecnologia da Informação da FecomercioSP, Renato Opice Blum, opina que seria uma boa ideia, para mudar esse cenário, o governo subsidiar a aquisição de *softwares* de proteção. Até porque, após ter sido vítima de um crime eletrônico, 27,34% dos internautas não voltam a realizar compras pela internet. “O número preocupa, também, porque pode ser um limitador do crescimento econômico e do *e-commerce*, que atinge 62,7% dos paulistanos.”

Hoje, de acordo com dados da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), o *internet banking* é utilizado por 46% das contas ativas no País. Além disso, 24% das 66 bilhões de operações bancárias realizadas em 2011 foram feitas pela internet. E são justamente esses números que atraem os criminosos para o novo meio. “No segundo trimestre de 2012, houve um aumento de 39% no número de páginas falsas de bancos com *fishing* de dados”, revela o presidente da Febraban, Murilo Portugal.

Segundo a analista de segurança do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança do Brasil (CERT.br), Miriam Von Zuben, 34% das invasões em sistemas empresariais acontecem porque as senhas de segurança são muito fracas ou padronizadas – como “adminadmin” ou “admin@123”, por exemplo. A proteção de dados também não costuma ser eficiente. O *backup* interno é a medida de proteção mais adotada, sendo utilizada por

EXISTEM  
DOIS VALORES  
ABSOLUTAMENTE  
INDISPENSÁVEIS  
PARA LEVAR UMA  
VIDA SATISFATÓRIA,  
RECOMPENSADORA E  
RELATIVAMENTE FELIZ.  
UM É A LIBERDADE E, O  
OUTRO, A SEGURANÇA.  
O PROBLEMA,  
ENTRETANTO, É  
QUE NINGUÉM NA  
HISTÓRIA ENCONTROU  
A FÓRMULA PERFEITA  
PARA EQUILIBRAR  
ESSES DOIS ASPECTOS  
DA VIDA. TODA VEZ  
QUE VOCÊ OPTA POR  
MAIS SEGURANÇA,  
PERDE UM POUCO DA  
LIBERDADE; E TODA  
VEZ QUE ESCOLHE TER  
MAIS LIBERDADE, ABRE  
MÃO DE UM POUCO  
DE SEGURANÇA

79% das empresas. A encriptação de dados – mais eficaz –, por outro lado, só é feita em 27% das empresas. Mirian destaca, entretanto, que o fato mais preocupante é 29% das empresas afirmarem nunca ter encontrado um problema de segurança. “Como o número é grande, é mais provável que muitas dessas empresas não tenham notado o ataque”, avalia.

Eduardo Neves, consultor da Camargo Neves RMS, empresa de gerenciamento de risco, argumenta que as grandes empresas já estão se profissionalizando e investindo em proteção, o que faz com que “o crime vá atrás do usuário final”. E o usuário final, de acordo com Neves, não é só o que está em casa, com seu computador pessoal, mas 90% das empresas do País, que são micro e pequenas e não têm recursos para se proteger.

Já para o gerente geral do fundo de *private equity* iSight Partners para a região Ibero Americana, Domingos Montanaro, mesmo as grandes empresas precisam rever seus sistemas de segurança. Montanaro destaca que não basta fazer como os bancos brasileiros têm feito e comprar todas as proteções oferecidas no mercado. “Falta um cientista, um estudioso que compreenda o assunto e possa indicar quais são as ameaças do sistema e como se proteger”, opina. Ele destaca, ainda, que a falta de peritos é um problema do setor. “Temos muitos operadores de ferramentas, até porque é fácil ‘maquiar’ o trabalho, mas pouquíssimos peritos.”

Na mesma linha, Luiz Eduardo dos Santos, sócio da STS produções, que fornece treinamento e segurança da informação, afirma que as empresas precisam rever

seus departamentos de Tecnologia da Informação (TI), que, normalmente, são compostos por técnicos de informática capacitados para cuidar de problemas na rede da empresa e outros assuntos relacionados à tecnologia e ao uso de dispositivos, mas não entendem de segurança da informação. Uma boa alternativa, na opinião de Santos, é liberar algumas horas por semana de alguém da equipe de TI que se interesse pelo assunto, permitindo que a pessoa faça cursos e se especialize. “Depois, é importante começar a dar desafios para essa pessoa, como tentar invadir o sistema da empresa e conseguir uma lista de vendas”, explica. A ideia é que as fragilidades do sistema sejam encontradas e reparadas no processo. “A verdade é que o barco está andando e não há como parar, arrumar a casa e depois continuar viagem. Temos que aprender a cuidar de nossas informações já com o barco em movimento.”

A educação dos profissionais da área e dos usuários, aliás, foi outro dos temas debatidos no 4º Congresso de Crimes Eletrônicos. E se, por um lado, falta conhecimento para os profissionais diretamente envolvidos com segurança da informação e “manha” para os usuários da internet, por outro, sobra *know-how* para jovens *hackers* que sequer estão no mercado. “A tecnologia deu poder e conhecimento para os jovens, e agora precisamos nos preocupar com a educação de usuários e possíveis vítimas”, defende Fernando Mercês, consultor de Segurança da Informação da 4Linux, especializada em cursos e suporte de *software* livre. Mercês destaca, ainda, que a capacidade de invadir sistemas

alheios não significa que o *hacker* possa fazer isso, muito menos que possa divulgar as informações que encontrar.

José Antonio Milagre, advogado perito em informática, pondera que existe aí uma questão ética mais profunda do que se costuma analisar. “Um *hacker* que encontra uma falha em um sistema tem três opções: ignorar, avisar a empresa ou vender a informação no mercado negro”, enumera. Milagre alerta, entretanto, que a maior parte das empresas não tem um canal próprio para que os *hackers* reportem as falhas encontradas. “Se um *hacker* encontra uma falha que põe em risco a segurança de 200 mil pessoas, ele não deve fazer nada? Acho que as empresas precisam adotar uma política que permita aos *hackers* relatarem os problemas encontrados, até porque a alternativa é ele vender essa informação no mercado negro”, avisa. “Uma vez que a empresa saiba da falha, cabe a ela decidir que solução adotar. Avisar a empresa não significa que ela terá que contratar a solução”, completa.

Quem melhor resume a questão é Carlos Eduardo Miguel Sobral, chefe da unidade de repressão a crimes cibernéticos da Polícia Federal, que compara a atividade de *hacker* à dos chaveiros. “Não vemos um chaveiro arrombando casas só porque ele é capaz ou para vender os serviços que fornece.” Sobral defende o uso de *hackers* para testar a segurança de sistemas das empresas, mas destaca que este deve ser um trabalho sério, contratado e remunerado.

Mas e quando as invasões de privacidade e outras infrações cometidas no ambiente eletrônico se tornam crimes? Estamos



Miriam Von Zuben, CERT.br: “Há empresas que não percebem o ataque”

“ 34% DAS INVASÕES EM SISTEMAS EMPRESARIAIS ACONTECEM PORQUE AS SENHAS DE SEGURANÇA SÃO MUITO FRACAS OU PADRONIZADAS – COMO “ADMIN123”, POR EXEMPLO. A PROTEÇÃO DE DADOS TAMBÉM NÃO COSTUMA SER EFICIENTE ”



*Renato Opice Blum, presidente do Conselho de Tecnologia da Informação da FecomercioSP*

“SERIA UMA BOA IDEIA O GOVERNO SUBSIDIAR A AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE PROTEÇÃO. ATÉ PORQUE, APÓS TER SIDO VÍTIMA DE UM CRIME ELETRÔNICO, 27,34% DOS INTERNAUTAS NÃO VOLTAM A REALIZAR COMPRAS”

preparados para combatê-las? Armando Luiz Rovai, presidente da Comissão de Direito Empresarial da Seccional São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), assume que o Poder Judiciário ainda não está preparado para julgar certas questões empresariais ou sobre as compras e vendas na internet, mas afirma que um novo ordenamento legal específico está sendo trabalhado. Um dos empecilhos é, justamente, o Código Penal vigente. “O Código Penal que utilizamos é de 1940, o que, por si só, já justifica uma atualização”, corrobora Marco Antonio Marques da Silva, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Além disso, o perito criminal do Departamento de Polícia Federal, Marcos Vinicius Garcia de Lima, garante que a PF está se estruturando para combater os crimes cometidos por meio eletrônico. “Já estamos tão bem equipados quanto o FBI e outras forças de referência no campo.” Mais importante do que o equipamento, a PF também está capacitando recursos humanos. Lima revela que a PF já conta com 180 peritos no Brasil, mas admite que o número ainda é insuficiente para atender alguns locais, dado o crescimento desse tipo de delito.

A verdade é que, quando se trata do mundo digital, ainda estamos vendo somente a ponta do *iceberg* em um campo que irá se expandir praticamente sem limites, redefinindo muitos dos costumes atuais e estabelecendo novos paradigmas. “Nós criamos as ferramentas e, então, as ferramentas nos recriam”, afirmava o filósofo canadense Marshall McLuhan. O que ainda não sabemos é como estaremos ao final do processo. ■



# CERTIFICADO DE ORIGEM FECOMERCIO-SP. MAIS PRATICIDADE E RAPIDEZ NA HORA DE EXPORTAR.

Siga o melhor rumo para os seus negócios no exterior. Obtenha seu Certificado de Origem na FecomercioSP de maneira prática, rápida e segura, com as melhores condições do mercado.

*Mais informações, ligue (11) 3254-1652/1653  
ou envie e-mail para  
[certificado@fecomercio.com.br](mailto:certificado@fecomercio.com.br)*

*Rua Dr. Plínio Barreto, 285 – Subsolo  
9h às 12h30 / 14h às 17h30*



**FECOMERCIO-SP**  
Representa muito para você.

# “Teremos um milagre brasileiro: 50 anos de crescimento em cinco”

Sócio e produtor executivo do Grupo INK, Paulo Schmidt acredita que a Lei nº 12.485/12 – que obriga as emissoras de TV por assinatura a exibirem ao menos 3h30 de programação nacional por semana – vai mudar o panorama do setor no País  
**Por Thiago Rufino e André Rocha FOTOS: ED VIGGIANI**

Contador por formação acadêmica, o catarinense Paulo Schmidt chegou a São Paulo há 20 anos. Depois de ter trabalhado na área de negócios em uma emissora de televisão ele se tornou sócio minoritário de uma produtora. Esse primeiro passo no mundo empresarial resultou, anos depois, na formação do Grupo INK, um conglomerado de empresas que atuam com produções audiovisuais nos campos da publicidade, comunicação e cultura.

Há 16 anos no mercado, o Grupo INK já realizou mais de sete mil filmes publicitários, seis longas-metragens, quatro séries para a TV aberta e mais de 150 produtos e exposições culturais. A chegada da Lei Federal

nº 12.485 – que entrou em vigor no início de setembro – deve impulsionar ainda mais este mercado nos próximos anos. Agora, os canais por assinatura são obrigados a exibir no mínimo três horas e meia de produções nacionais em suas programações. Na opinião de Schmidt a medida é correta e essencial para alavancar o setor no País: “os canais por assinatura não podem vir ao Brasil e explorar economicamente o nosso País sem deixar algum legado”.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista que Schmidt concedeu a **Conselhos** nas instalações do Grupo INK, na região da Vila Leopoldina, em São Paulo.







**Conselhos – O QUE SIGNIFICA PARA O MERCADO A CHEGADA DA LEI FEDERAL Nº 12.485/12 E QUAL A EXPECTATIVA DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA COM AS NOVAS REGRAS?**

*Paulo Schmidt* – No Brasil, diferentemente de outros mercados mundiais, os grandes produtores de audiovisual são as emissoras de televisão. Hoje, elas talvez concentrem 99% da produção de conteúdo audiovisual do País. A Lei 12.485/12 é uma pequena semente, mas ela traz uma cota destinada às produções nacionais do que é veiculado nas TVs a cabo, algo em torno de 2%. Ainda é pouco, mas, após o prazo de 10 anos estabelecido pela lei, a expectativa é que se crie um espaço no mercado e se

ultrapasse esses 2%. Quiçá se conseguíssemos chegar a 10% – seria um *boom*. Logicamente isso significaria uma geração enorme de empregos e negócios. As estimativas são as mais variadas possíveis, mas se trabalharmos com o número de 50 canais por assinatura no Brasil, significa, mais ou menos, daqui a três anos, cerca de nove mil horas de conteúdo.

**Conselhos – HOJE O MERCADO CONSEGUIRIA PRODUZIR ESSES 2% DE CONTEÚDO?**

*Schmidt* – Esse valor é a cota final daqui a dois anos, em setembro de 2014, quando começará a última etapa. Se contarmos três horas e meia de programação em uma escala de 24 horas por semana

“ TEMOS QUE FORMAR ROTEIRISTAS, DIRETORES E TODAS AS FUNÇÕES TÉCNICAS INERENTES. ESSES PROFISSIONAIS EXISTEM, MAS ELES ESTÃO CONTRATADOS PELAS GRANDES EMISSORAS DE TV. OUTRO FATO QUE É IMPRESSIONANTE: NÓS NÃO TEMOS GRANDES ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE ATORES E ISSO É ALGO ESSENCIAL PARA PRODUÇÕES ”

é um número pequeno, mas mesmo assim o mercado não tem condições. Para produzir uma série de 13 episódios, por exemplo, levamos dois ou três meses de produção. Se a cota inteira fosse implantada de uma vez, teríamos dificuldade de infraestrutura. Inclusive, faltariam equipamentos e, mais do que isso, teríamos carência de profissionais. Por isso há esse movimento em torno da Vila Leopoldina para tentar reunir produtoras; pois é um modelo inteligente, como feito pelos norte-americanos [em Hollywood].

**Conselhos – OS CURSOS DE FORMAÇÃO NA ÁREA ATENDEM AS NECESSIDADES DO MERCADO**

#### **NA QUALIDADE DO PROFISSIONAL FORMADO?**

*Schmidt* – Não atende e ainda há poucos cursos de formação. O que eu mais tenho dito é que o brasileiro é muito criativo. Aliás, essa lei foi bem interessante porque é impressionante a quantidade de projetos que começaram a aflorar a partir do momento de sua aprovação. Projetos elaborados até por profissionais que não têm habilidade para isso, mas têm ideias. O que precisamos agora é organizar isso. Temos que formar roteiristas, diretores e todas as funções técnicas inerentes. Esses profissionais existem, mas eles estão contratados pelas grandes emissoras de TV. Outro fato que é impressionante: nós não temos grandes escolas de formação de atores e isso é algo essencial para produções. No Brasil, geralmente, os elencos estão vinculados a um contrato com as emissoras de televisão aberta e isso implica em uma série de restrições para produzir material para outros canais pagos, por exemplo. Essa dificuldade para encontrar atores acontece há muito tempo, apesar de ser mais pulverizada do que nas profissões técnicas.

#### **Conselhos – ALGUNS CANAIS DE TVs POR ASSINATURA ESTÃO RESISTENTES A ESSA MEDIDA. O QUE VOCÊ PENSA A RESPEITO?**

*Schmidt* – O projeto de lei (PL) demorou cinco anos para ser aprovado. O PL era de 2007 e foi aprovado só em 2011 e depois houve mais um ano para regulamentação, tamanha a disputa nesse período. Agora, como já não há mais o que fazer com a lei aprovada, a resistência dos canais pagos é em relação aos prazos. Mas

temos que entender, porque há todo um processo pela Ancine (Agência Nacional de Cinema) de credenciamento e a greve dos servidores públicos pode atrasar esse processo. É claro que é muito cômodo para uma emissora no País trazer conteúdo importado e conseguir manter essa base de faturamento que já é maior do que da TV aberta. O custo da assinatura no Brasil é caro. Essa é uma discussão que temos com os canais por assinatura: se pesquisarmos os preços na América Latina com certeza encontraremos valores muito mais baixos do que no Brasil. Mas há tem mais o que fazer; é uma questão de implantar, flexibilizar os prazos e contornar as dificuldades.

#### **Conselhos – COMO O GRUPO INK ESTÁ SE PREPARANDO PARA RECEBER ESSA EVENTUAL DEMANDA A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA LEI?**

*Schmidt* – Para nós, vem aí o efeito da classe C. Eles estão assinando a TV a cabo, mas gostam de ver a produção nacional. É uma classe assídua nos programas e nas novelas, especialmente. Nossa defesa é que, de fato, o conteúdo nacional vai ajudar a trazer novos assinantes para a TV a cabo. Nesse aspecto é que quebramos a resistência: os canais por assinatura não podem vir ao Brasil e explorar economicamente o nosso País sem deixar algum legado. Na medida em que se começa a produzir mais, teremos uma massa maior de assinantes. Agora estamos investindo em roteiristas e no desenvolvimento de novos projetos. É claro que não sabemos como será a demanda, mas desde que o volume

seja significativo é natural que as produtoras, em geral, passem a investir na contratação de pessoal. O modelo ideal é que as produtoras tenham uma base de profissionais para produzir mais de um projeto ao mesmo tempo. Podemos contratar um diretor de fotografia para cuidar de três ou quatro programas simultâneos por 12 meses, por exemplo. Porém ainda não temos essa segurança absoluta. O primeiro passo é investir em desenvolvimento, criação e pessoas de negócios. A segunda fase será investir nos profissionais técnico e artístico. Acredito que são grandes as possibilidades, porque o mercado tem olhado com muita simpatia para o setor e sempre terá espaço para as produtoras.

#### **Conselhos – COMO AS PRODUÇÕES INDEPENDENTES PODEM MELHORAR A PROGRAMAÇÃO DA TELEVISÃO BRASILEIRA NOS CAMPOS DA CULTURA E EDUCAÇÃO NAS PRODUÇÕES NACIONAIS?**

*Schmidt* – Televisão também é entretenimento e quando vemos formatos que consideramos ruins, para uma grande maioria é divertimento. Mas, ao mesmo tempo, não se faz pesquisa para saber o que o espectador quer ver. De alguma maneira, a programação média da televisão brasileira emburrece o telespectador, porque nos tornamos sujeitos passivos frente a um conteúdo que não foi escolhido. Já nos canais por assinatura, o consumidor começa a ter outro conceito, porque ele paga pelo conteúdo. E dentro do leque de canais eles buscam produções que tragam algo além do entretenimento. Acredito que a TV a cabo tem a missão

“A CLASSE C ESTÁ ASSINANDO A TV A CABO, MAS GOSTA DE VER A PRODUÇÃO NACIONAL. É UMA CLASSE ASSÍDUA NOS PROGRAMAS E NAS NOVELAS, ESPECIALMENTE. NOSSA DEFESA É QUE, DE FATO, O CONTEÚDO NACIONAL VAI AJUDAR A TRAZER NOVOS ASSINANTES PARA A TV A CABO”





de trazer conteúdos importantes e qualificados, que acelerem essa tendência de reeducação do povo brasileiro sob o aspecto cultural.

**Conselhos – COMO FOI A PARTICIPAÇÃO DO GRUPO INK NO BOOM DA VILA LEOPOLDINA?**

*Schmidt* – Aconteceu em várias etapas. Alugamos este imóvel em 2003. Estávamos com toda a base de escritório em Moema e usávamos este espaço muito precariamente. Em 2008, trouxemos toda a unidade para cá. Viemos para a Vila Leopoldina por uma questão imobiliária – o custo nos outros bairros é bem mais alto – e também pela facilidade. O bairro é bastante centralizado e permite o

acesso de várias formas. Percebemos o movimento de outras produtoras vindo para cá na medida em que as empresas começaram a sair do entorno da região do Ceagesp e liberaram espaços importantes em galpões. Foi um movimento que deu certo, como poderia ter sido na Mooca, por exemplo. Aqui há uma mistura de audiovisual e economia criativa, acho que tem um pouco de tudo. Uma coisa que temos dito: São Paulo tem um diferencial importante, a base de decisão de quase todos os canais por assinatura está aqui. Tem uma chance de a cidade conquistar uma fatia desse mercado por essa facilidade. Acredito que em São Paulo as produtoras conseguem

“ EM 2008, SOFREMO  
UM POUCO POR  
CAUSA DA CRISE, MAS  
NOS RECUPERAMOS  
EM 2009 E EM 2010  
TIVEMOS O MELHOR  
DESEMPENHO. A  
PUBLICIDADE CONTINUA  
REPRESENTANDO  
80% DO NOSSO  
FATURAMENTO; TODAS  
AS OUTRAS PRODUÇÕES  
ESTÃO EM 20%. MAS  
CREMOS QUE DENTRO  
DE TRÊS ANOS ISSO DEVE  
CHEGAR A 50/50 ”

oferecer um conteúdo mais brasileiro. Primeiro porque temos etnias de todo o País e a possibilidade de representar várias regiões do Brasil e de outros países também pelos bairros da cidade. Dá para criar conteúdos mais universais. Por isso há essa concentração em torno da Vila Leopoldina para formar um polo importante de produção audiovisual.

**Conselhos – QUANTO O GRUPO INK FATURA? E QUAL FOI O CRESCIMENTO NOS ÚLTIMOS ANOS?**

*Schmidt* – É variável devido aos aspectos econômicos, mas é algo em torno de R\$ 50 milhões/ano. Em 2008, sofremos um pouco por causa da crise, mas nos recuperamos em 2009 e, em 2010,

tivemos o melhor desempenho. A publicidade continua representando 80% do nosso faturamento; todas as outras produções estão em 20%. Mas cremos que dentro de três anos isso deve chegar a 50/50. E não é que a propaganda vai diminuir: os outros conteúdos é que vão aumentar. O volume de produção audiovisual será muito significativo. Para as TVs a cabo, se calcularmos uma faixa de R\$ 100 mil a hora de conteúdo vezes nove mil horas, dá R\$ 900 milhões. Sempre brinco que teremos outro milagre brasileiro: 50 anos de crescimento em cinco no campo audiovisual.

**Conselhos – A BAND “IMPORTOU” A PRODUTORA ARGENTINA CUATRO CABEZAS. COMO VOCÊ ENXERGA ISSO?**

*Schmidt* – O Brasil exporta poucas produções. A questão da língua é uma barreira de verdade. Talvez com a produção de séries e *sitcoms* tenhamos uma possibilidade de conquistar o público estrangeiro, especialmente na América Latina. Agora, sempre é difícil admitir que uma emissora brasileira seja comandada por um grupo argentino, basicamente. Mas não tenho nenhum preconceito em relação a isso. É um intercâmbio de ideias. Assim como acontece com a Cuatro Cabezas, outros formatos que podem ser ainda mais relevantes para nós são usados pela Endemol e Fremantle. Eles compartilham *performance* e receita e nós estamos sendo remunerados apenas na produção. Só conseguiremos atingir esse *status* quando as emissoras enxergarem relevância nos produtores. ■

# Abandone os trilhos e se arrisque nas trilhas!

Roberto Adami Tranjan, autor do livro *Metanoia* – Um novo olhar sobre a liderança e os negócios

Imagine se as empresas funcionassem como trens sobre trilhos, com horários certos de partidas e chegadas, estações conhecidas e localizadas sempre no mesmo lugar, paradas calculadas, tudo bastante regular e previsível. O que acha? A imagem lhe agrada? Pois saiba que não são poucos os empresários e líderes que se esforçam para colocar a empresa nos trilhos, como se essa fosse mesmo a coisa certa a se fazer. Mas pense bem: o ambiente ao redor da empresa – também conhecido como mercado – pode ser tudo, menos regular, previsível e normal. Ao contrário: o mercado é errático, irregular e muitas vezes irracional. Então, pretender que uma empresa ande nos trilhos é como querer misturar o óleo à água: impossível. E o resultado disso recebe o nome de crise.

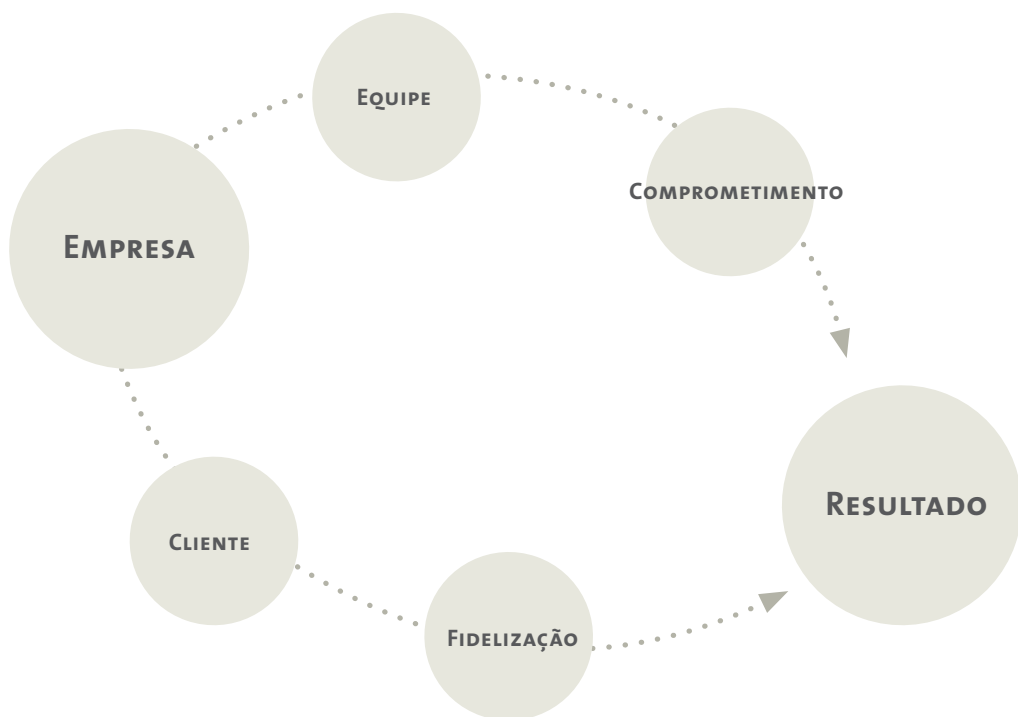
A maneira tradicional de insistir para que uma empresa avance nos trilhos, tornando-a tão previsível como um trem, é uma tentativa insana de buscar regularidade na clássica equação “receitas – despesas = lucros”. Nada mais gera senão uma série de distorções e frustrações.

As distorções ocorrem por dois desvios de entendimento: o primeiro é confundir o real sentido da palavra resultado. Para alguns líderes, ela remete diretamente ao lucro. Assim, a empresa volta-se para si mesma, na ânsia de obter lucros cada vez maiores por meio do esforço diário de maximizar receitas e minimizar despesas. Resultado, entretanto, é bem mais que isso, como veremos adiante.

O segundo desvio é constituído pela peça que reinará soberana na empresa e à







qual todos se curvam, coibidos em suas iniciativas e criatividade: o orçamento ou plano de metas. Nessa busca inútil e insana por regularidade e previsibilidade, colocam-se os números no comando e as pessoas à mercê deles, desperdiçando as fontes legítimas de resultado, ou seja, inteligência e ideias.

É como tentar ganhar o jogo definindo o placar de antemão, em vez de investir no preparo dos atletas. Daí as frustrações, pois orçamentos e planos de metas não produzem nenhum resultado. Ou você acredita mesmo que essas peças, em forma de planilhas, são mesmo capazes de produzir resultados? Avalie com base em sua própria experiência.

No fundo, no fundo, os trilhos são criados na mente da liderança para, de alguma forma, suprir a vã necessidade de se sentir

no controle. Nada além de uma ilusão, incapaz de trazer benefícios e progressos. Encare, a seguir, as trilhas que produzem resultados excelentes.

### A nova equação

Resultado é como felicidade: só vem por caminhos indiretos. E são dois os caminhos ou trilhas que, percorridos, conduzem a resultados excelentes.

Para começar, uma trilha não é regular, previsível e normal. É um esboço de caminho, que vai se delineando a cada passo, na medida em que se avança. Para percorrê-la, é melhor usar uma bússola do que um mapa. Portanto, comece a trocar a ordem pelo caos e trate de se divertir com isso.

Uma das trilhas que leva ao resultado passa pelo comprometimento da equipe.

Um chefe tradicional consegue o esforço de um grupo de pessoas obedientes, mas somente um líder de verdade é capaz de conquistar o compromisso emocional da sua equipe. Agora, sim, estamos tratando de resultados para valer! Eles dependem de uma equipe comprometida, que, por sua vez, só existe se houver uma liderança que saiba conquistar esse comprometimento.

A outra trilha que leva ao resultado passa pela fidelização do cliente. Um negócio tradicional, muitas vezes na ânsia de arrancar o pedido, promove transações comerciais com seus clientes condicionando pelas metas a atingir e, em decorrência destas, pelas recompensas financeiras. Mas, quando os trilhos dão lugar às trilhas,

O COMPROMISSO  
EMOCIONAL DO  
COLABORADOR GERA,  
TAMBÉM, COMPROMISSO  
EMOCIONAL NO  
CLIENTE. É SÓ PARA  
LEMBRAR: É O CLIENTE  
QUE DECIDE SACAR  
O TALÃO DE CHEQUE OU  
O CARTÃO DE CRÉDITO  
PARA PAGAR A CONTA.  
PORTANTO, ELE É A  
ÚNICA FONTE CONFIÁVEL  
DE RESULTADOS

o exercício da equipe comprometida é conquistar a fidelização do cliente, com vistas a torná-lo satisfeito. Em outras palavras: o compromisso emocional do colaborador gera, também, compromisso emocional no cliente. E só para lembrar: é o cliente que decide sacar o talão de cheque ou o cartão de crédito para pagar a conta. Portanto, ele é a única fonte confiável de resultados.

Portanto, a nova equação é: “resultado = equipe comprometida + cliente fidelizado”. Esta, ao contrário da redutivista equação do “lucro = receitas - despesas”, é uma equação desenvolvimentista. Pergunta: quando os colaboradores são comprometidos e os clientes são fidelizados? Resposta: nunca! Eles estão, eles não são. Tal afirmação pode parecer negativa para aqueles que gostam de normalidade, regularidade e previsibilidade. Mas é algo muito desafiador para quem compreende o mundo como o mundo verdadeiramente é.

### **Simples assim**

---

Muitos poderão pensar: mas isso é óbvio demais. Sem dúvida, compreender que os resultados são obtidos por meio do compromisso emocional de colaboradores e clientes pode ser óbvio para a maioria dos leitores. Então, aqui entre nós, cabe a melhor pergunta: por que essa não é a prática na maioria das empresas?

Compreender, em teoria, é simples. Mas para livrar-se dos trilhos e enfrentar com coragem as trilhas é necessária uma metanoia, ou seja, uma mudança de olhar e de modelo mental.

Está aí um bom desafio para todos os que querem conquistar resultados excelentes! ■



T-Mobile E 18:42

VOLTAR

## Conselhos

CAPA

### 'UNIVERSOS (AINDA) PARALELOS'



O crescimento contínuo das redes sociais pelo mundo e, em especial, no Brasil lança dúvidas sobre o futuro da internet e como as organizações devem montar estratégias e gerir suas informações. Não adianta esperar respostas definitivas.

Por Patrícia Queiroz



NOTÍCIAS



ARTIGOS



FAVORITOS



BUSCAR

---

# Conselhos no iPhone

---

*Resolvemos dar um toque  
para quem quer Conselhos:  
leia a revista no seu  
iPhone também.*

Macroeconomia, macropolítica, relações internacionais, sustentabilidade, desafios das megacidades, entrevistas com líderes e formadores de opinião, análises de especialistas consagrados, opiniões contundentes sobre o Brasil e o mundo. Com o app da Conselhos, você tem acesso a tudo isto no iPhone. Baixe agora: conteúdo gratuito e inteligente tem tudo a ver com seu smartphone.

---



Representa muito para você.

# Universos (ainda) paralelos

---

O crescimento contínuo das redes sociais pelo mundo e, em especial, no Brasil lança dúvidas sobre o futuro da internet e sobre como as organizações devem montar estratégias e gerir suas informações. Não adianta esperar respostas definitivas **Por Patrícia Queiroz**

---



Como tudo o que é ofertado na internet, uma enxurrada de pesquisas globais analisa como se comporta o usuário da rede mundial e quanto tempo ele dedica para cada atividade no campo virtual. Uma simples “googada” mensura bem essa montanha de informação. Se a busca for feita em inglês, então, aí os resultados são inadmissíveis. Mas da enormidade de informação é possível extrair alguns estudos relevantes a sinalizar o que poderá ser, no futuro, uma rota sobre para onde caminha a internet. **Conselhos** se dispôs a tentar traçar esse mapa ainda tortuoso ao ouvir alguns dos principais especialistas brasileiros sobre o tema. Como ponto comum, a certeza de que as redes sociais reinam absolutas e não devem perder tal posto, mas, por outro lado, não chegou o momento de abdicar dos *websites* próprios e tradicionais para migrar exclusivamente às redes sociais. Esses “universos paralelos” do mundo digital demandam dos administradores estratégia, criatividade e capacidade de integração como forma de gerir a “presença virtual” das organizações.

Facebook, Orkut, Google+, Pinterest, Twitter, MySpace, Formspring e outros tantos *sites* de relacionamento virtual são, aparentemente, causa e reflexo da efemeridade dos negócios na rede e sua revolução constante. Isso se materializa no lançamento de novos dispositivos eletrônicos e seus incontáveis aplicativos geradores de comoção em internautas ávidos por cada vez mais interatividade aliada à informação, algo que, por enquanto, só as redes sociais têm a oferecer.

Não por outro motivo, um relatório elaborado pela Nielsen Company revelou que,

em agosto passado, 17% do tempo gasto na *web* por norte-americanos foram dedicados a *blogs* e redes sociais. Em agosto de 2008, a incidência era de 11%, segundo a mesma organização. O levantamento está alinhado com um estudo recente divulgado pela comScore, companhia norte-americana especializada em medições diversas do universo digital, que apontou que as redes sociais corresponderam, em 2011, a quase 17% do tempo de navegação *online* nos Estados Unidos, tendo o Facebook como principal atrativo. No Brasil, a evolução das redes sociais também ratifica essa dinâmica: até agosto, o Facebook detinha, no País, 56,79 milhões de usuários, a segunda colocação global do serviço, atrás somente dos norte-americanos, segundo a consultoria SocialBakers, especializada em análise de mídia em redes sociais. A estimativa da consultoria é que, de toda a população usuária de internet no Brasil (75 milhões), cerca de 75% está cadastrada no Facebook. Em 2010, nem 10 milhões de brasileiros usavam essa rede. O crescimento parece acompanhar uma revelação feita recentemente em pesquisa do Ibope Inteligência: 87% dos internautas do País participam de alguma rede social.

“Na internet é tudo muito dinâmico o tempo todo. Não dá para dizer que as redes sociais que estão entre as mais comentadas e fazem sucesso hoje são as definitivas. Portanto, não basta se concentrar no que está na moda hoje. Certamente outras redes surgirão e outros interesses dos internautas também”, adianta Pedro Guasti, presidente do Conselho de Interação e Comércio Eletrônico da FecomercioSP. “O fundamental é que o empresário esteja atento às mudanças



“ NA INTERNET É TUDO MUITO DINÂMICO O TEMPO TODO. NÃO DÁ PARA DIZER QUE AS REDES SOCIAIS QUE ESTÃO ENTRE AS MAIS COMENTADAS E FAZEM SUCESSO HOJE SÃO AS DEFINITIVAS. PORTANTO, NÃO BASTA SE CONCENTRAR NO QUE ESTÁ NA MODA HOJE. CERTAMENTE OUTRAS REDES SURGIRÃO E OUTROS INTERESSES DOS INTERNAUTAS TAMBÉM ”



Pedro Guasti, presidente do Conselho de Interação e Comércio Eletrônico da FecomercioSP

e demandas e saiba como atendê-las a partir de um bom posicionamento na web”, ensina.

“Uma tecnologia não acaba com a outra. O que ocorre é a popularidade maior ou menor de cada uma delas no decorrer do tempo”, sustenta Sandra Turchi, professora de Marketing Digital da Pós-Graduação da ESPM. Ela lembra que o Second Life, por exemplo, foi uma espécie de ensaio para o momento atual. “Não trouxe para as empresas o retorno que esperavam em termos de negócios, mas foi um bom começo para o movimento de poder das redes sociais que vemos hoje”, observa.

Por sinal, se não foi um sucesso retumbante para as organizações, o próprio Second Life abriu um importante espaço para o cha-

mado *social games*. De acordo com o estudo *Technology, Media & Telecommunications Predictions 2012*, da Deloitte dos Estados Unidos, o segmento responde por meros 2% do faturamento global do mercado de *games*, projetado em US\$ 63 bilhões. Naturalmente, este nicho tende a ganhar um novo impulso com a evolução das redes sociais.

Sandra explica que as redes sociais têm recebido cada vez mais atenção dos internautas por conta da mudança de comportamento dos consumidores, seja em busca de informações, seja para a aquisição de bens e serviços. “O que as pessoas visam agora, o tempo todo, na verdade, é a interação. Isso é um processo irreversível”, opina.

Uma das provas desse espaço a ser preenchido virtualmente é o do comércio eletrônico no Brasil. Ele soma aproximadamente 40 milhões de consumidores, com um faturamento previsto em 2012 na casa de R\$ 23 bilhões. Enquanto isso, nos Estados Unidos, são quase 200 milhões de pessoas comprando um bem ou serviço pela internet e a projeção de receita *online* para este ano está perto dos US\$ 210 bilhões. “Ainda estamos aprendendo como gerar receita nas redes sociais. Mas não estamos engatinhando, o que é a face boa dessa moeda. Já há algumas empresas muito bem estruturadas para alavancar suas vendas na *web*”, informa Guasti.

A Netshoes, loja virtual especializada em artigos esportivos, tem visto seu faturamento crescer vertiginosamente graças a uma estratégia de presença integral no ambiente digital. “Nossa meta diária é sanar toda e qualquer necessidade do nosso cliente, independentemente do meio em que ele esteja acessando nossa loja. Para isso, montamos atendimento 24 horas, todos os dias da semana”, conta Renato Mendes, gerente de Assuntos Corporativos da Netshoes. Ele explica que a presença da marca nas redes sociais tem como foco a disseminação e consolidação do nome e, mais importante, remete o internauta para o *website* da empresa, onde as vendas efetivamente acontecem.

Sandra Turchi destaca abordagens como essa como um fator agregador e integrador da nova realidade a ser entendida pelo mercado corporativo em geral. “É dentro das redes sociais que as empresas podem conhecer melhor o perfil do seu cliente, como ele pensa e o que espera do fornecedor”, analisa a professora.

No caso da Netshoes, Mendes esclarece que o “trabalho de formiguinha” é justamen-

te detectar como e onde o cliente se conecta à marca ou à loja para que o canal de comunicação seja aperfeiçoado e se facilite o acesso ao *website*. “Nosso faturamento subirá de R\$ 695 milhões, em 2011, para R\$ 1,1 bilhão, neste ano, graças ao cuidado de sabermos cada vez mais as melhores formas de atingir nosso consumidor. Quem está no comando é ele, que nos indica, claramente, como e de que forma devemos disseminar nossos produtos de maneira interativa”, relata o executivo.

## Investimento

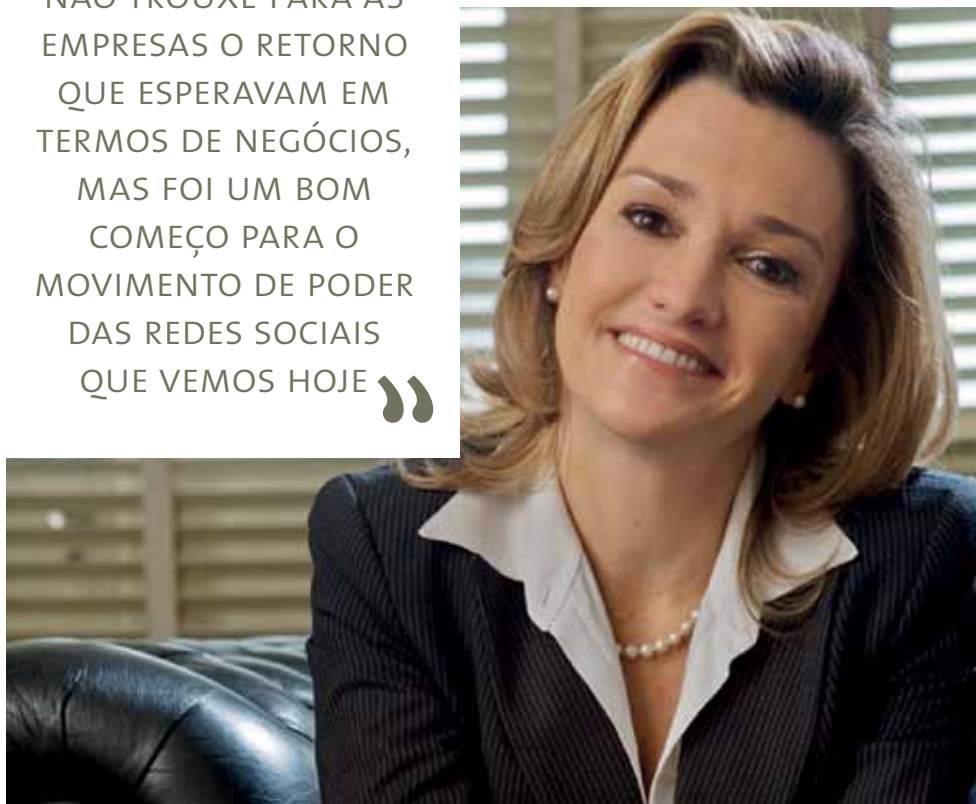
---

Como os negócios nesse campo se mostram promissores no Brasil, os fundos de investimento também começam a “caçar” oportunidades a serem exploradas no mercado doméstico. Com mais de uma década de experiência no aporte financeiro e de gestão em empresas alocadas nos maiores polos comerciais do mundo, as norte-americanas Redpoint e e.ventures formaram uma *joint venture* que lançou, em julho, seu primeiro fundo de *venture capital* focado em *startups* de internet do Brasil.

São US\$ 130 milhões que, nos próximos cinco anos, deverão ser aplicados em até 20 companhias nacionais com perfil empreendedor na *web*. Cinco empresas (Viajanet, Grupo Xangô, 55Social, Shoes4you e Sophie&Juliete) já fazem parte do portfólio.

Anderson Thees, sócio fundador da *joint venture* Redpoint e.ventures, conta que, a exemplo da cultura de outras firmas de capital empreendedor com experiência no Vale do Silício, os investimentos não deverão ter como foco o controle das empresas. “Nossa filosofia não é a de entrar na companhia, as-

“ O SECOND LIFE  
NÃO TROUXE PARA AS  
EMPRESAS O RETORNO  
QUE ESPERAVAM EM  
TERMOS DE NEGÓCIOS,  
MAS FOI UM BOM  
COMEÇO PARA O  
MOVIMENTO DE PODER  
DAS REDES SOCIAIS  
QUE VEMOS HOJE ”



*Sandra Turchi, professora de Marketing Digital da Pós-Graduação da ESPM*

sumir seu controle e implementar nossa cultura de atuação. O que visamos é entrar e dar suporte em práticas de gestão comprovadamente de sucesso”, conta. “Nesse sentido, podemos dar *inputs* sobre formação de equipe, como melhorar a operação e quais são as tendências internacionais positivas que podem ser adotadas por aqui.”

A escolha do Brasil para o desenvolvimento do fundo, que tem entre seus investidores agentes qualificados dos Estados

Unidos e Europa, deu-se justamente pelo aumento da renda da população registrado nos últimos anos e consequentemente pelo perfil de consumo em evolução.

Nessa ebulição do setor, há grandes oportunidades para ideias criativas e bem estruturadas. Um exemplo de sucesso na interação entre cliente e empresa nas redes sociais é a ação desenvolvida pelo Magazine Luiza. A rede lançou em janeiro o projeto “Magazine Você”, que dá a oportunidade de



Renato Mendes, gerente de Assuntos Corporativos da Netshoes

“NOSSA META DIÁRIA É SANAR TODA E QUALQUER NECESSIDADE DO NOSSO CLIENTE, INDEPENDENTEMENTE DO MEIO EM QUE ELE ESTEJA ACESSANDO NOSSA LOJA. PARA ISSO, MONTAMOS ATENDIMENTO 24 HORAS, TODOS OS DIAS DA SEMANA”

usuários de redes sociais venderem produtos da empresa por meio dos perfis no Facebook e no Orkut. Como resultado, o “vendedor social” recebe comissão de 2,5% a 4,5% sobre o negócio que ele fechar. “Transformamos a venda de porta a porta no clique a clique”, resume Frederico Trajano, diretor de Marketing e Vendas do Magazine Luiza.

O executivo destaca que o projeto, que em agosto atingiu 50 mil lojas virtuais a partir dos perfis dos usuários das redes sociais, se consolidou como uma oportunidade explorada pelos “vendedores” para incrementar a renda familiar. Facilitou a operação, na visão de Trajano, o fato de muitos dos usuários, por já serem consumidores do Magazine, simplesmente terem realizado no mundo virtual algo que já ocorria fora da internet: a indicação de produtos da loja para amigos e parentes. Com a diferença, claro, de que agora o boca a boca passa a ser remunerado. “Estamos alcançando nosso objetivo de atingir um público que ainda não tinha contato com a nossa marca e o conhece agora via indicações”, comenta.

Mesmo que as redes sociais possam funcionar para ampliar vendas ou reforçar a presença de determinada marca, produto ou serviço, o *website* tradicional não deve jamais ser esquecido. É este canal, segundo Pedro Guasti, que funciona como a verdadeira vitrine da empresa. “O *site* tem um papel institucional muito importante e não pode ser relegado ao pouco uso ou mesmo ao descaso. Portanto, tudo deve estar no foco das empresas. É preciso estar atento e presente em todos os campos eletrônicos e saber fazer o melhor uso de todos eles”, insiste.

Nesse sentido, a Samsung acredita estar fazendo a lição de casa. “Nosso *site* corporati-

“ NOSSA FILOSOFIA NÃO É A DE ENTRAR NA COMPANHIA, ASSUMIR SEU CONTROLE E IMPLEMENTAR NOSSA CULTURA DE ATUAÇÃO. O QUE VISAMOS É ENTRAR E DAR SUPORTE EM PRÁTICAS DE GESTÃO COMPROVADAMENTE DE SUCESSO ”



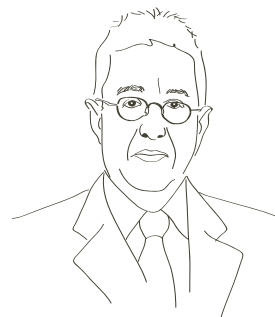
Anderson Thees, sócio fundador da joint venture Redpoint e.ventures

vo é o pilar da nossa estratégia digital”, conta o gerente de Mídia e Marketing Digital da companhia no País, Luís Henrique Machino. Ele conta que, tempos atrás, a exemplo do restante do mercado, o *website* da empresa “funcionava como um monólogo”. “Há um ano e meio revimos todo esse modelo, aproveitando o impacto que as redes sociais têm gerado para fazer uma integração com o nosso *site* e torná-lo cada vez mais interativo ao nosso cliente. Com isso, colhemos o que há de melhor nas redes e levamos para o nosso *site* quem estiver interessado em mais informações sobre a empresa e nossos produtos.”

O fundamental, diz o executivo, é tornar o sempre *website* atrativo. “Ele é 100% de nossa propriedade. Podemos e controlamos seu con-

teúdo. Nas redes sociais tudo é efêmero. O que hoje é sucesso e acessado o tempo todo, amanhã já pode não ser. Por isso, essas plataformas são úteis na relação mais estreita com o cliente e na influência para o interesse de compra dele, mas a decisão efetivamente vem quando ele colhe mais dados no nosso *site*, para onde é remetido via redes sociais”, explica Machino.

Se cada rede desponta a seu tempo, como a grande onda do momento, gestores do mundo inteiro devem correr para entender o que os sucessores de Mark Zuckerberg, Larry Page, Sergey Brin e Steve Jobs estão aprontando ainda nos universos paralelos do mundo digital. Tudo pode acontecer. Até mesmo a união entre os universos paralelos virtuais e o rompimento de uma lógica até então preponderante. ■



# Sem educação não há inovação

**P**ela terceira vez o Conselho de Criatividade e Inovação – também chamado de Economia Criativa – traz ao debate o tema educação. Em novembro de 2010, na instalação do então novo Conselho da FecomercioSP, o assunto foi abordado sob o ângulo da criatividade. Trouxemos José Carlos Teixeira Moreira, o guru brasileiro do *marketing business to business* e também mentor e idealizador de uma escola para miniengenheiros, como gosta de definir, para que jovens de 5 a 15 anos exercitem a imaginação e bolem engenhocas e outros inventos com orientação de especialistas. A escola, batizada “Tempo e Espaço”, existe há mais de 20 anos. O ambiente da escola não poderia ser melhor: Vila Madalena, celeiro de arte e cultura de São Paulo. O mais importante é que esses mini-inventos servem como inspiração para executivos da Escola de Marketing Industrial, criada por José Carlos em 2005.

Nessa ocasião, a FecomercioSP foi palco de um acordo histórico celebrado entre a Faculdade de Indústrias Criativas da Queensland University of Technology na Austrália com o SENAC SP para desenvolver cooperação nos novos segmentos da economia criativa. Queensland foi pioneira no assunto no início deste século.

No primeiro trimestre de 2011, o tema voltou à mesa com um rico debate sobre “A Economia Criativa e a Educação”, que contou com depoimentos do ministro Paulo Renato Souza, do empresário Marcos Magalhães – responsável por uma das mais bem sucedidas iniciativas na área do ensino médio e por experiências relevantes de escolas modernas e criativas como o Instituto Sidarta e a Fundação Sangari –, além de valiosas contribuições do SENAC.

Chegou agora a hora de colocarmos a mão na massa para abordar o assunto de maneira pragmática. Afinal, o tão propalado apagão de conhecimentos e apagão de talentos está aí. A questão posta à mesa é: como atingir o estágio de economias emergentes altamente qualificadas como a dos tigres asiáticos – Coréia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Singapura – e de países emergentes congêneres como Rússia, Índia e China, onde a decisão por um sistema de educação qualificado data de meio século? Não deixa de ser desolador para o Brasil estar ranqueado em último lugar na educação e, conseqüentemente, em competitividade em relação às economias aqui listadas. Para falar em economia criativa, empresas, instituições e governo devem adotar uma nova

postura diante do assunto. Esse foi o grande debate promovido pela FecomercioSP no dia 4 de setembro deste ano.

Não temos, definitivamente, como esperar décadas para atingir o patamar adequado se quisermos ter o papel relevante que todos esperam de nós como nação no contexto mundial. A decisão dos tigres asiáticos de privilegiar e trabalhar insanamente na educação foi tomada há 50 anos.

Por que então não começar exatamente por aí? Mudando as nossas estruturas organizacionais? Segundo pesquisas recentes da organização BRAiN – Brasil Investimentos e Negócios – mantida, entre outros, por FEBRABAN e FecomercioSP, a formação de talentos para o polo de investimentos e negócios no Brasil é o fator mais crítico. André Sacconato destacou os pontos mais relevantes do estudo para compor o pano de fundo das discussões.

Flávio Mendes, especialista da IBM em redes sociais corporativas, mostrou como essa valiosa ferramenta pode também engajar mais e melhor os colaboradores de uma empresa. Ter ideias, numa organização hierárquica, é desalentador: são negligenciadas, copiadas e muitas vezes morrem na raiz. Empresas que criam comitês para avaliação de ideias deveriam ser severamente punidas, pois representam o clímax da anti-inovação.

O cientista político e jornalista Luiz Felipe D'Ávila, presidente do Centro de Liderança Pública, trouxe contribuições inestimáveis para tais lideranças: educar a opinião pública em vez de doutriná-la. A discussão sobre temas relevantes para o futuro da nação são, na maioria das vezes, superficiais, pouco criativas e despojadas de senso prático.

Aumentar o percentual do orçamento para a educação antes de fazer a lição de casa estrutural é tão leviano quanto usar gasolina azul em carros não aprovados em inspeção veicular. É clássica a solução simplista: o eleitor deve ficar atento a quem promete aumentar qualquer percentual de gasto para qualquer finalidade. Ao invés de resolver, agrava cada vez mais a nossa competitividade, cria novas estruturas e compromete seriamente a eficiência e os resultados. Exemplo disso são as reiteradas tentativas do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) de propor um choque de gestão ao INSS – desde o primeiro mandato do governo Lula. Essa organização, liderada pelo eminente Professor Vicente Falconi, levou empresas nacionais à liderança competência que livrou o governo de Minas da falência, ninguém duvida da convicção do INDG de que os déficits do INSS serão zitados pela melhoria na gestão e eliminação de fraudes. Exceto o governo federal.

O SENAC, por meio da Dra. Cláudia Coelho Hardagh, também demonstrou como a atuação entre organizações de ensino e empresas privadas – o *case* Microsoft – pode revolucionar a educação: o fenômeno Khan Academy, que redesenhou a dinâmica do aprendizado – o ensino é exercido em casa e a lição de casa é feita na escola. Esse importante debate apontou a direção. Coisas que estão ao alcance de instituições e empresas. E a nossa eterna vigília para que os governos não criem mais estruturas que mais atrapalham do que resolvem. ■

Presidente do Conselho  
de Criatividade e Inovação da FecomercioSP





# MEU IRMÃO SEMPRE FOI UMA INSPIRAÇÃO PARA MIM.

“Distrofia muscular. Muita gente nem sabe o que isso quer dizer. Bom eu conheço desde pequeno. O José Eduardo, meu irmão mais velho, nasceu com distrofia muscular. E é impressionante como existia, e ainda existe, muito pouca informação sobre a doença. Acho que foi um dos maiores desafios que meus pais e eu enfrentamos: a falta de informação. Porque a gente cuidou, aprendeu, chorou, riu, cresceu, curtiu e viveu sempre com muito amor e carinho. Agora eu estou com o **Instituto Paulo Gontijo**. Ele dá assistência aos portadores de **ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica)**, que também é uma doença neuromuscular, e incentiva a pesquisa para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes. É um trabalho maravilhoso, que me inspira como o meu irmão sempre me inspirou.”

Julio Rocha - Ator

Para mais informações e contribuições,  
acesse: [www.ipg.org.br](http://www.ipg.org.br)



# Fora de foco

---

Na opinião de especialistas, a insegurança dos brasileiros com a violência não é questão de falta de dinheiro, mas de ineficiência na gestão dos recursos destinados à segurança pública

**Por Denise Ramiro, Selma Panazzo e Thiago Rufino**

---



O investimento do Brasil em segurança pública não é nada desprezível. O País emprega 1,36% do Produto Interno Bruto (PIB) na área, sendo que 9,27% do total provêm dos impostos pagos pelos contribuintes. Estamos falando de R\$ 50 bilhões. A soma é superior ao total despendido pela França (1,04% do PIB), por exemplo, embora as taxas de criminalidade sejam muito superiores. Os dados são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, da organização não governamental Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSF). Embora os números sejam robustos, a eficiência no setor não caminha rumo a excelência. “O dinheiro que o Brasil aporta para a área de segurança já está no patamar dos países ricos, mas os indicadores de violência são de um país em guerra”, afirma Renato Sérgio de Lima, ex-secretário executivo e atual conselheiro do FBSF.

A análise da questão da segurança pública tem várias facetas.

**Conselhos** se propõe aqui a discutir o tema pelo aspecto do gerenciamento dos recursos direcionados à área. A reportagem ouviu vários especialistas para tentar vislumbrar como os gastos correntes e atuais aplicados no setor podem se tornar mais eficientes, sem, para isso, onerar o contribuinte. A primeira resposta veio com a surpreendente revelação de que para a maioria dos estudiosos do assunto o volume de recursos destinados para garantir a segurança dos brasileiros não é o grande problema. Assim como também é consenso no meio que o principal problema da segurança pública no Brasil é a falta de eficiência na gestão de tais recursos.

“Não é por falta de recursos para a segurança pública que as coisas não avançam. O

grande gargalo é a gestão desse valor”, diz Luciana Guimarães, diretora do Instituto Sou da Paz, uma organização da sociedade civil de interesse público, sediada em São Paulo. Ela destaca alguns problemas nas frentes de atuação do Estado de São Paulo na área de segurança. Entre eles, a falta de informações sobre criminalidade e o fato de os dados disponíveis da Polícia Civil não estarem informatizados. “Essa é uma realidade absolutamente caótica”, critica. “Se não há um processo de inteligência para identificar a criminalidade, não dá para cruzar as informações e entender o que está acontecendo.”

De acordo com a dirigente do Sou da Paz, a formação de um amplo banco de dados tornaria os gastos na redução de crimes mais eficientes. Qualquer esforço nesse sentido pode ser compensador. Na capital paulista, por exemplo, os homicídios dolosos caíram 24,5% na comparação entre junho e julho deste ano. Frente ao mesmo período de 2011, a queda foi de 13,21%, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública. Para Luciana, a queda desse indicador criminal mostra como a polícia do Estado vem realizando bons diagnósticos a respeito dessa agenda. “Por conhecer claramente os locais, horários e dias da semana em que os crimes mais ocorrem, a polícia está desenvolvendo ações específicas”, explica. Para melhor entender a governança do setor de segurança, ela o compara com a área de saúde. O País só vai progredir, na visão dela, se tiver bons diagnósticos para a prevenção e repressão aos crimes. “Não podemos medicar com ‘Novalgina’ quem precisa de quimioterapia; e nem o contrário”, compara.

O professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Theodomiro Dias Neto, re-

conhece os resultados positivos obtidos pelo aumento dos investimentos na parte repressiva da segurança. “Mas é preciso entender que esse combate é multiagencial”, observa. Segundo ele, neste contexto a iniciativa privada é um ator essencial, ao abraçar projetos de melhoria da sociedade. Estudo recente realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a CPFL Energia, identificou 16 casos de sucesso de iniciativas empresariais voltadas para o aprimoramento das instituições e políticas de segurança pública. Assim como ações de prevenção da violência e promoção da cultura da paz. Entram nessa relação desde iniciativas como premiações para reconhecer a atuação eficiente de policiais, disque-denúncias implantados em vários Estados, até parcerias entre empresas e polícias militar e civil no monitoramento de roubos, furtos e sequestro-relâmpago no entorno das áreas em que a empresa está localizada ou em que atua.

Apesar de os investimentos na área serem comparados com o de países ricos, há quem questione o volume de gastos. Para o professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador do Laboratório de Análises da Violência, Ignacio Cano, faltam recursos para a área de segurança. “O investimento em segurança pública no Brasil subiu na última década, mas ainda é insuficiente para a magnitude do problema”, diz. Luis Flávio Sappori, ex-secretário-adjunto de Segurança Pública em Minas Gerais, chama a atenção para o comprometimento dos recursos com o pagamento de pessoal. “Precisamos saber que mais de 90% do total dos recursos são gastos com salários e aposentadorias. Isso acaba inflacionan-



FOTO: FERNANDO FREITAS

Luciana Guimarães, do Instituto Sou da Paz

“ NÃO É POR  
FALTA DE  
RECURSOS PARA  
A SEGURANÇA  
PÚBLICA QUE  
AS COISAS NÃO  
AVANÇAM. O  
GRANDE GARGALO  
É A GESTÃO DESSE  
VALOR ”

do os valores. Por isso temos de olhá-los com cautela. A conjuntura é muito preocupante. Estamos tendo um retrocesso”, analisa.

Apesar dos avanços conquistados, Cano, da UERJ, acredita que as iniciativas em segurança pública devem ser focadas na redução de homicídios. “É um setor importante porque afeta as camadas mais pobres e com menos possibilidades de proteção”, argumenta. Luciana, do Sou da Paz, compartilha do ponto de vista do professor e acrescenta a necessidade de se dar atenção também para os casos de assaltos. “É algo recorrente, sobretudo na periferia. Essa tem que ser uma agenda, porque o assalto impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas”, destaca.

## O papel da iniciativa privada

Alguns especialistas veem com bons olhos as parcerias público-privadas (PPPs) na área de segurança pública, especialmente na questão prisional. De acordo com Sappori, se o poder público não administra a contento o setor, a iniciativa privada pode dar sua contribuição na busca da solução desse cenário. Ele conta que as PPPs já estão em funcionamento nos Estados de Minas Gerais e Pernambuco. Nos dois casos, companhias privadas construíram presídios e ficaram responsáveis pela infraestrutura e serviços, como ambulatório, cozinha e limpeza. A segurança continua sob a responsabilidade do Estado.

Essa poderia ser uma solução para suprir o déficit de vagas em presídios, que chega a 160 mil, sendo que cada unidade é uma grande oportunidade para a iniciativa privada. O modelo seguido nessas PPPs é o inglês, com o Estado remunerando as empresas pelo valor

*per capita*, atrelando o pagamento ao cumprimento de metas de eficiência. O entrave está no poder público, segundo Sappori. “Falta aos Estados competência técnica para fazer os editais e pensar o melhor modelo de gestão nessas parcerias.”

Outra corrente de especialistas em segurança é, no entanto, contrária à participação da iniciativa privada no sistema prisional. Entre eles está a socióloga Julita Lemgruber, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, e ex-diretora do sistema penitenciário daquele Estado. “Segurança pública, educação e saúde são obrigações do Estado e ele não pode abrir mão disso”, afirma. Para ela, se as PPPs fossem solução para o aumento de vagas nos presídios, os americanos, após 30 anos de adoção da prática, já teriam avançado muito mais nesse sentido. “Nos Estados Unidos, apenas 5% dos 2,5 milhões de presos estão nas mãos da iniciativa privada”, conta. “Além disso, os empresários que investem em presídios só querem saber de presos tranquilos. Presídio de segurança máxima com eles, nem pensar.”

A diretora do Sou da Paz corrobora a opinião de Julita. “É uma discussão bastante polêmica, mas a segurança pública não se terceiriza nesse caso”, diz Luciana. “A questão penitenciária é bem mais complicada. Acredito que a gestão dos presídios deve permanecer nas mãos do Estado”, opina também o professor Cano, da UERJ. Porém, ambos defendem a importância das PPPs desde que sejam aplicadas de outras formas. “A iniciativa privada pode participar na contratação de egressos, por exemplo”, propõe Cano. “Acredito que o setor privado poderia ajudar muito

“ DEFENDO A PENA ALTERNATIVA PARA QUALQUER CRIME QUE NÃO SEJA VIOLENTO, ATÉ PARA UM PRIMEIRO CRIME, COMO UM ASSALTO A MÃO ARMADA QUE NÃO TENHA RESULTADO EM DESFECHO VIOLENTO. TODO MUNDO DEVERIA TER UMA SEGUNDA CHANCE ”



FOTO: DIVULGAÇÃO

*Julita Lemgruber, coordenadora do Cesec e ex-diretora do sistema penitenciário do Rio de Janeiro*

“ACHO QUE A PENA NÃO PODE SER MOTIVO DE LUCRO. ESSE É UM MODELO QUE PRECISA SER MUITO BEM DISCUTIDO. DE TODA FORMA, A ADMINISTRAÇÃO DOS PRESÍDIOS E A DISCIPLINA DOS PRESOS DEVEM CONTINUAR SOB RESPONSABILIDADE DO ESTADO”



FOTO: DIVULGAÇÃO

*Theodomiros Dias: professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas*

mais na implantação de sistemas de tecnologia da informação do que participando da administração prisional”, complementa Luciana. O modelo que prevê a participação da iniciativa privada na área prisional também deixa receoso o professor Dias Neto, da FGV. “Sou reticente. Acho que a pena não pode ser motivo de lucro, alvo de cobiças. Esse é um modelo que precisa ser muito bem discutido. De toda forma, a administração dos presídios e a disciplina dos presos devem continuar sob responsabilidade do Estado”, opina.

O problema da falta de vagas nos presídios que dá corpo à discussão das PPPs é relativizado pela coordenadora do Cesec. Julita recorre a uma saída constitucional para o impasse: a pena alternativa. “Defendo esse tipo de pena para qualquer crime que não seja violento, até para um primeiro crime, como um assalto a mão armada que não tenha resultado em desfecho violento. Todo mundo deveria ter uma segunda chance”, diz a socióloga. Isso reduziria a lotação dos presídios, até porque os crimes mais violentos, como os homicídios, representam menos de 15% dos presos no Brasil, conforme esclarece Julita. “Como dizia um ministro da Justiça inglês [Thomas Hurd]: a cadeia é uma forma cara de tornar as pessoas piores.”

De fato, um preso custa muito caro: cerca de R\$ 2 mil por mês. Na opinião de Julita, com menos presos sob a tutela do Estado, sobriaria dinheiro para melhorar a formação de policiais, que é muito deficitária no País. “O nível da polícia técnica é muito baixo, o que dificulta ‘pegar’ os grandes do crime”, avalia. Isso implica, segundo ela, no baixo porcentual da taxa de elucidação de crimes de homicídio no Brasil, de 8%, em média, contra 80% a 90% de casos esclarecidos na Inglaterra, por exemplo.



## O papel dos municípios

---

Embora seja responsabilidade dos Estados com apoio da União, a segurança diz respeito a toda a sociedade. “A segurança pública é obrigação e direito de todos”, acredita Lima. Às vésperas das eleições municipais, o tema é debatido com vigor por todos os candidatos, que prometem solucionar o caso sem autoridade estabelecida em lei para isso. “Candidatos à prefeitura são demagogos porque a polícia municipal, constitucionalmente, tem a função de tomar conta apenas do patrimônio público do município”, diz o presidente do Conselho de Estudos Políticos da FecomercioSP, Cláudio Lembo. No entanto, ele vê com simpatia a colaboração dos municípios em outras frentes: “colocando, por exemplo, mais câmeras nas ruas”.

De acordo com Cano, apesar de ser uma questão do Estado, há uma entrada progressiva do governo federal e dos municípios na questão da segurança. “A prefeitura tem um papel essencial na prevenção da violência, realizando diagnósticos locais”, explica Cano. Já Luciana, do Sou da Paz, sugere que os próximos prefeitos também adotem medidas que estimulem a participação da comunidade em torno dos espaços públicos. “Em vez de blindar carros ou subir muros, temos que trazer as pessoas para fora de casa. É preciso estimular atividades em ruas e parques. Isso cria uma ocupação comunitária pacífica, participativa e inibe a presença de criminosos”, sugere.

## Solução de longo prazo

---

Depois de discutir vários aspectos sobre segurança pública, uma pergunta fica no ar: há, de fato, uma solução para o problema no

País? Com a autoridade de quem dirigiu o explosivo sistema penitenciário do Rio de Janeiro entre 1991 e 1994, além dos anos dedicados aos estudos na área de segurança pública, a socióloga Julita é taxativa ao apontar a solução para a questão da criminalidade. “Só vamos resolver o problema com a legalização da produção, distribuição e consumo de drogas no Brasil e nos países que convivem com o tráfico”, afirma. Ela defende a proposição polêmica com estatísticas. Segundo Julita, o número de presos por tráfico de drogas triplicou nos últimos cinco anos no Brasil. Atualmente, a população carcerária soma mais de meio milhão de pessoas, sendo que um quinto delas está ligada ao tráfico de drogas. “O governo gasta bilhões no combate ao tráfico para prender peixe pequeno. Os grandes traficantes do País estão soltos por aí. Tem apenas meia dúzia de ‘fernandinhos beira-mar’ na cadeia”, afirma.

Ela defende a ideia inclusive como forma de aumentar a arrecadação do governo, com fortes taxações de tributos sobre as drogas, como já acontece com o cigarro. “Alguém ouviu falar em tráfico de cigarro no Brasil?”, questiona. Para a socióloga, assim os recursos destinados à segurança pública seriam canalizados para campanhas de prevenção às drogas e a tantas outras melhorias que o setor carece.

O professor Dia Neto, da FGV, entende que investir em segurança excede os recursos direcionados à polícia e seus equipamentos. Numa visão mais ampla ele sugere que se privilegie a urbanização, a cultura e o esporte, entre tantas outras iniciativas voltadas para as comunidades, revertendo-as em ganhos à tranquilidade social. Evidentemente, o problema apresenta múltiplas faces e soluções. Recursos financeiros não faltam. O que já é um bom começo. ■

Ministério da  
Cultura

un.i  
lingerie

apresentam:

# DoroTeia

DE NELSON RODRIGUES

com

GILBERTO GAWRONSKI  
ALEXANDRE PINHEIRO  
PAULO VERLINGS  
KELI FREITAS  
MARCUS MAJELLA

ALINNE MORAES como DOROTÉIA

direção

JOÃO FONSECA

TEATRO RAUL CORTEZ

SEX 21H30 | SÁB 21H | DOM 19H

INFO: 3254-1700 | 3254-1631 | WWW.DOROTEIAAPECA.COM.BR



"João Fonseca criou uma encenação que valoriza todos os conteúdos em jogo através de uma dinâmica cênica altamente expressiva, materializada com admirável paixão e total competência por todo o elenco"

Lionel Fischer



Patrocínio



Co-Patrocínio



Promoção

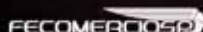


ALPHA FM

Transportadora Oficial

Avianca

Apoio



Mídia Impressa



Produção



Realização



Patrocínio de Cultura



NÃO RECOMENDADO PARA MENORES DE 14 ANOS



UNIMOS GRANDES ENTIDADES  
POR UMA BOA CAUSA:

A SUA.

A Fecomercio Arbitral reúne a credibilidade, a seriedade e a tradição de algumas das entidades empresariais, jurídicas e representativas mais importantes do País: a **FecomercioSP**, o **SEBRAE-SP**, a **Câmara de Arbitragem Internacional de Paris**, a **OAB-SP** e o **Sescon- SP**. Além disso, conta com um corpo de árbitros altamente qualificado e um ambiente privado, exclusivo e dedicado. Ou seja, tudo o que você precisa para resolver a sua causa jurídica de maneira rápida, segura e imparcial.

*Para mais informações ligue 11 3254-1759,  
ou envie um e-mail para [produtos@fecomercio.com.br](mailto:produtos@fecomercio.com.br)*